

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



Julgados de Paz – A Celeridade da Justiça

Rita Catarina Figueiredo de Oliveira

Relatório de Estágio de Mestrado em Direito e Prática Jurídica – especialização em
Direito Internacional e Relações Internacionais

Orientadora da Faculdade de Direito de Lisboa: Prof. Doutora Isabel Alexandre

Orientadora do Julgado de Paz de Bombarral: Juíza de Paz Dra. Luísa Ferreira Saraiva

LISBOA

2019

Agradecimentos

Desejo agradecer profundamente aos meus pais, por todo o apoio dado ao longo de todos os ciclos de estudos, assim como por todas as palavras de encorajamento e pela sua presença marcante em todas as vitórias.

Ao meu avô, Alberto Figueiredo, pela sua crença nas minhas capacidades, e a quem eu dedico este Relatório de Estágio, pois apesar de não poder estar presente para observar o término desta jornada, é sem dúvida a maior inspiração para que dê sempre o meu melhor para que se orgulhe dos meus feitos.

Agradeço à minha Orientadora, Doutora Isabel Alexandre, por me ter acolhido como sua Orientanda, mostrando-se sempre disponível para esclarecer qualquer dúvida, e pelo apoio prestado ao longo de todo o processo de Estágio.

Agradeço igualmente às Excelentíssimas Juízas de Paz do Julgado de Paz de Bombarral, à Dra. Elena Burgoa, à Dra. Joana Sampaio e em especial à Dra. Luísa Saraiva, por toda a orientação relativamente ao Estágio Curricular.

Finalmente, agradeço às funcionárias do Julgado de Paz, D. Cristina Teixeira e Dra. Luzia Marques, que sempre me apoiaram em cada nova tentativa de execução de procedimentos, assim como sempre me esclareceram todas as dúvidas ao longo do Estágio.

Resumo

Os Julgados de Paz, desde a sua implementação na ordem jurídica portuguesa, têm demonstrado uma grande proximidade para com os cidadãos, tratando-se de um Tribunal célere e que coloca os cidadãos como partes ativas no processo, sendo obrigatória a sua presença ao longo da tramitação processual.

O presente Relatório de Estágio descreverá os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do Estágio Curricular de quatro meses no Julgado de Paz de Bombarral, de fevereiro de 2019 a junho de 2019.

Este relatório inicia-se com a componente teórica, desde a história dos Julgados de Paz até às custas processuais, passando depois à componente prática, explicando os procedimentos observados durante o Estágio. Finalmente, será feita uma abordagem a sugestões para a aumentar a eficácia dos Julgados de Paz, assim como às citações de demandados no estrangeiro e as variações dos Julgados de Paz no plano europeu, abordando o sistema espanhol, o sistema italiano e o sistema belga.

Palavras chave:

- **Julgados de Paz**
- **Celeridade**

Abstract

The *Julgados de Paz*, since they were implemented in the Portuguese legal order, have shown its closeness to the citizens, as it is a fast court that places citizens as active parties in the process, and their presence is obligatory throughout all the proceedings.

The present Internship Report will describe the knowledge acquired during the Internship on *Julgados de Paz* in Bombarral, for a four-month period, from February 2019 to June 2019.

This report begins with the theoretical component, from the history of the Justices of Peace to the procedural costs, and then the practical component, explaining the procedures observed during the Internship. Finally, an approach will be made to suggestions for increasing the effectiveness of the *Julgados de Paz*, as well as summoning defendants abroad and the variations of the *Julgados de Paz* at a European level, addressing the Spanish, Italian and Belgian system.

Key-Words:

- **Julgados de Paz**
- **Celerity**

Lista de Siglas e Abreviaturas:

Art. – Artigo

ATA – Autoridade Tributária e Aduaneira

CPC – Código de Processo Civil

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

ISS – Instituto de Segurança Social

LJP – Lei dos Julgados de Paz – Lei nº 78/2001 de 13 de julho alterada pela Lei nº 54/2013 de 31 de julho.

LM- Lei da Mediação

Índice:

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract.....	3
Lista de Siglas e Abreviaturas:	4
Capítulo I – A componente Teórica dos Julgados de Paz	9
1. Introdução	9
2. A Contextualização Histórica dos Julgados de Paz em Portugal.	10
2.1. A Nível Constitucional	10
2.1.1. A Constituição de 1822	10
2.1.2. Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa de 1826	11
2.1.3. A Constituição de 1838	11
2.1.4. A Constituição de 1911 e o Estatuto Judiciário de 1928.....	12
2.1.5. A Constituição de 1933 e o Estatuto Judiciário de 1944	13
2.1.6. O Estatuto Judiciário de 1962.....	13
2.1.7. Constituição de 1976	14
2.2. A Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais	14
2.3. A Atualidade.....	15
3. Os Princípios Orientadores dos Julgados de Paz.....	17
3.1. A simplicidade.....	17
3.2. A Adequação	18
3.3. A Informalidade.....	18
3.4. A Oralidade	19
3.5. A Absoluta Economia Processual.....	20
4. A importância da participação dos cidadãos nos Julgados de Paz	21
5. As competências dos Julgados de Paz	22
5.1. Em razão do objecto	22
5.2 Em razão do valor.....	22
5.3 Em razão da matéria	22
5.3.1. Procedimentos Cautelares.....	24
5.4. Em razão do território.....	24
5.5. A Incompetência do Julgado de Paz.....	25
5.6. A Competência dos Julgados de Paz – Competência Exclusiva ou Alternativa? ...	26
5.6.1. No âmbito da Doutrina	26

5.6.2. No âmbito da Jurisprudência	27
5.6.3. Considerações Finais	30
6. A Especificidade do Julgado de Paz do Oeste.....	31
6.1. O Regulamento Interno	34
6.1.1. Técnicos de Atendimento – O Serviço de Atendimento	34
6.1.2. O Serviço de Mediação.....	35
6.1.3. O Serviço de Apoio Administrativo	36
6.1.4. A Secretaria do Julgado de Paz	36
7. A Tramitação Processual nos Julgados de Paz.....	36
7.1- Fase Inicial	36
7.1.1. Requerimento Inicial	37
7.2. A Citação	38
7.3. Pedidos de Informação	40
7.4. A Contestação.....	41
7.5. A Reconvenção.....	43
7.6. Apoio Judiciário	44
8. Fase Intermédia.....	44
8.1. A Pré-Mediação e a Mediação.....	44
8.1.1- Os princípios da Mediação	45
8.1.2 – A Pré-Mediação	46
8.1.3- A Mediação	47
9. Fase de Julgamento.....	49
9.1. A Audição das partes.....	49
9.2. A Conciliação	51
9.3. A Produção de Prova	51
9.4 – A Sentença e a Leitura de Sentença.....	52
9.4.1 - A Sentença	53
9.4.1.1- Sentença em Fase de Julgamento	53
9.4.1.2. Sentença em casos de Acordo Extrajudicial.....	53
9.4.1.3. Sentença em caso de inutilidade superveniente da lide.....	54
9.4.2. A Leitura de Sentença	54
9.5. O Recurso	55
9.6. As custas processuais	55
Capítulo II - A Componente Prática dos Julgados de Paz.....	57
1. Apoio Administrativo.....	58

1.1 A importância do local	58
1.2. A importância do Apoio Administrativo para a Contabilidade no Julgado de Paz ..	59
1.3. Os Ofícios elaborados pelo Apoio Administrativo	60
1.3.1. As Conclusões	61
1.3.2. As notificações	61
1.3.2.1. Notificação de Despacho	61
1.3.2.2. Notificação de Documentos.....	62
1.3.2.3. Notificação para Audiência de Julgamento	62
1.3.2.4. Notificações de Sentença e Reembolso e de Sentença e de Pagamento de Custas	63
1.4. Atividades Realizadas no âmbito do Apoio Administrativo	63
2. A Técnica de Atendimento	64
2.1. O Atendimento ao Utente	64
2.2. Citações e Notificações	65
2.3. O Controlo de Mediadores	67
2.4. O Controlo Contabilístico.....	68
2.4.1. A Especificidade do Controlo Contabilístico na Sede do Oeste.	68
2.5. A redação das Atas de Julgamento	68
2.6. Atividades realizadas no âmbito do Serviço de Atendimento	69
3. A Mediação	70
4. As Juízas de Paz	71
5. As Audiências de Julgamento.....	72
6. As Sentenças.....	74
7. Questões relativas à possibilidade de aumento da eficácia dos Julgados de Paz.	75
7.1. A Questão do Recurso – A falta de um Julgado de Paz como Tribunal de 2ª Instância.....	75
7.2. A questão da Prova Pericial.....	76
7.3. A falta de uma carreira específica para os Juízes de Paz.....	77
8. A forte componente eletrónica dos Julgados de Paz.	77
9. A Celeridade no Julgado de Paz	80
9.1. As citações de Demandados no estrangeiro	82
9.1.1 A Aplicabilidade do Regulamento (CE) nº 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho	82
Capítulo III - Os Julgados de Paz e as suas variações no plano Europeu.....	84
1. O Sistema Espanhol.....	84
2. O Sistema Italiano	88

3. O Sistema Belga	90
4. Considerações relativamente à Justiça de Paz no plano europeu	92
Capítulo IV - Conclusões Finais.....	94
Capítulo V- Bibliografia.....	97
I) Doutrina	97
II) Legislação Interna dos Estados – Referências Online.....	97
1. Portugal.....	97
2. Espanha.....	98
3. Itália	99
4. Bélgica	100
III) Legislação da Comunidade Europeia.....	100
IV) Jurisprudência	100
1. Decretos-Lei	100
2. Leis	100
3. Portarias	101
4. Diplomas Legais	101
5. Acórdãos	101
6. Sentenças	102
V - Outras Referências Online:	102

Capítulo I – A componente Teórica dos Julgados de Paz

1. Introdução

Este Relatório tem por base o Estágio Curricular de quatro meses no Julgado de Paz de Bombarral (Sede do Julgado de Paz do Oeste), iniciado a 4 de fevereiro de 2019 e terminado a 4 de junho de 2019. Este Relatório de Estágio Curricular foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Direito e Prática Jurídica – especialização em Direito Internacional e Relações Internacionais, na área do Direito e da Prática Jurídica, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O Estágio Curricular teve como principal objectivo aprimorar as técnicas relativas à Prática Jurídica, neste caso específico na Resolução Alternativa de Litígios, permitindo a obtenção de conhecimento em outras áreas do Direito.

Tal facto acabou por dotar este estágio de uma componente não só prática, mas também bastante teórica, dado que foi de meu interesse absorver o máximo de conhecimento acerca dos Julgados de Paz, em todos os seus âmbitos, procedimentos e planos de acção.

Este Relatório corresponderá à minha experiência prática e teórica através da passagem pelos diferentes setores de tramitação processual no Julgado de Paz do Oeste, envolvendo como supramencionado uma parte fortemente teórica que se conecta à prática através dos diversos procedimentos inerentes aos processos em curso nos Julgados de Paz e na necessidade de resolução célere dos mesmos para melhor satisfação dos Utentes que recorrem ao Julgado de Paz para a resolução dos seus conflitos.

Através deste Relatório pretende clarificar-se a eficácia dos Julgados de Paz enquanto Tribunal e enquanto actor na sociedade, assim como reforçar a necessidade de evolução do mesmo, ao nível das suas competências, de modo a que se torne um Tribunal mais célere. Irá igualmente ser abordada a componente internacional da Justiça de Paz, através da descrição do Sistema Espanhol, Italiano e Belga da Justiça de Paz.

2. A Contextualização Histórica dos Julgados de Paz em Portugal.

Na atualidade, os Julgados de Paz encontram-se bem consagrados na Constituição da República Portuguesa, figurando no Art.º 209, nº2 e tendo uma Lei própria, a Lei nº 78/2001 de 13 de julho, atualizada pela lei nº 54/2013 de 31 de julho.

No entanto, apesar de parecer uma ocorrência recente, os Julgados de Paz, e em especial, o papel do Juiz de Paz, sempre figurou ao longo da história em Portugal.

A instituição dos Juízes de Paz remonta ao reinado de D. Manuel I, aquando de um pedido efetuado pelas Cortes de Elvas.¹

2.1. A Nível Constitucional

2.1.1. A Constituição de 1822

A nível constitucional, na primeira Constituição Portuguesa, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822², no Título V, Capítulo I, figuram claramente Juízes com competências semelhantes aos Juízes de Paz da atualidade, denominados Juízes de Facto. Estes eram “eleitos diretamente pelos povos”³ e compartilhavam o panorama jurídico com os Juízes de Direito. O Art. 181º da Constituição supramencionada clarifica as atribuições dos Juízes de Facto. Estas atribuições dividem-se em três pontos, no entanto apenas os primeiros dois se assemelham com os Juízes de Paz atuais.

No primeiro ponto existe uma referência ao princípio da oralidade que impera hoje em dia nos Julgados de Paz atuais, afirmando que: “Em todas estas causas⁴ procederão verbalmente, ouvindo as partes e mandando reduzir o resultado a auto público”.

No segundo ponto do art. 181º, estabelece-se que os juízes têm a atribuição de “exercitar os juízos de conciliação (...)”, competência que ainda hoje é inerente aos Juízes de Paz.

¹ FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de Justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005., p.71

² Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822 – Disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7511.pdf>

³ Art 178º da Constituição de 1822.

⁴ “Causas cíveis e de pequena importância designadas na lei, e as criminais em que se tratam de delitos leves, que também serão declarados pela lei” – Art 181º, I, Constituição de 1822.

2.1.2. Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa de 1826

Na Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa de 1826⁵, no Título VI, art. 129º, surge a primeira referência a “Juizes de Paz” deixando de existir qualquer referência a “Juizes de Facto”.

Esta Carta Constitucional decreta que os Juizes de Paz terão um papel reconciliador, fazendo referência no seu art 128º que “ Sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará Processo algum.”. A partir deste artigo compreende-se que os Juizes de Paz irão ter um papel preponderante ao nível processual, pois toda e qualquer situação de conflito terá de passar por uma tentativa de reconciliação entre as partes envolvidas no conflito, reconciliação essa que terá de ocorrer perante um Juiz de Paz, o que ainda hoje impera nos Julgamentos no Julgado de Paz em que as partes se encontram ambas presentes.

2.1.3. A Constituição de 1838

Na Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1838⁶, Título VII, mantem-se o cariz conciliador do Juiz de Paz, afirmando-se no Art. 124º que: “Nenhum processo será levado a juízo contencioso sem se haver intentado o meio de conciliação perante o Juiz de Paz, salvo nos casos que a Lei excetuar.”.

É também de salientar que nesta Constituição é instituída a figura dos Juizes Árbitros, no seu art. 123º, §nº3, que são nomeados pelas partes para julgar nas “causas cíveis, e nas criminais civilmente intentadas”, que pertenciam ser julgadas anteriormente, na Constituição de 1822 pelos “Juizes de Facto”.

⁵ Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa de 1826 – disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1533.pdf>

⁶ Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1838 – disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf>

2.1.4. A Constituição de 1911 e o Estatuto Judiciário de 1928

Apesar de na Constituição Política da República Portuguesa de 1911⁷ não existirem quaisquer referências aos Juízes de Paz nem aos seus âmbitos de acção, estes encontram-se presentes no Decreto-Lei nº 15344, igualmente designado Estatuto Judiciário de 1928.

Primeiramente, são mencionados no seu art. 2º, o qual explicita que “O continente do País, com as ilhas adjacentes dos arquipélagos dos Açores e Madeira, divide-se em distritos judiciais, estes em comarcas, e estas em Julgados de Paz”. Reforça-se então no art. 8º que “Em cada comarca haverá tantos Julgados de Paz quantas as freguesias que as compõem”.

Finalmente, existem no Título II, Capítulo V do Estatuto Judiciário artigos específicos relativos aos Julgados de Paz (Art 155º a 163º deste Estatuto Judiciário). Consta no seu art. 155º: “Em cada Julgado de Paz haverá um juiz, um escrivão e um oficial de diligências”, especificando-se no seu Art. 156º a que funções equivalem a função de um Juiz de Paz: “Nos Julgados de Paz, sedes de concelho que não sejam sedes de comarca, a função do juiz de paz é inerente ao cargo de oficial do registo civil, e nos restantes é inerente ao cargo de professor, do sexo masculino, do ensino primário da sede do respetivo julgado, com exceção dos julgados das sedes das comarcas. Tal função será por eles exercida independentemente de nomeação, diploma e posse”.

Neste Estatuto constam também as competências dos Juízes de Paz, no seu art 159º, das quais podemos retirar como mais importantes: Dirigir o processo das conciliações nos termos do Código de Processo Civil⁸; Proceder, por delegação do juiz de direito, a depósitos, imposição de selos, arrolamentos, arrematação de moveis e outros actos semelhantes⁹; prender os delinquentes em flagrante delito, ou quando seja possível a prisão sem culpa formada, ou ainda por ordem do juiz ou autoridade competente¹⁰;

Quanto à sua nomeação, os Juízes de Paz são nomeados por períodos de três anos, considerando-se a sua nomeação renovada por períodos anuais até serem exonerados.¹¹

⁷ Constituição Política da República Portuguesa de 1911 – disponível em <http://purl.pt/6925/4/#/22>

⁸ Art 159º nº1

⁹ Art 159º, nº3

¹⁰ Art 159º nº6

¹¹ Art 162º nº2

2.1.5. A Constituição de 1933 e o Estatuto Judiciário de 1944

Na Constituição da República Portuguesa de 1933¹², no art. 115º, nº3, no seu ponto § nº 2 consta que: “são mantidos os Juízes de Paz”. No entanto não existe nenhuma outra referência acerca das suas competências.

No Decreto-Lei nº 33547, igualmente denominado de Estatuto Judiciário de 1944¹³, volta a ser implícito que as funções de Juiz de Paz têm de ser exercidas por um indivíduo do sexo masculino¹⁴. No Título III, Capítulo II, Secção V, encontram-se descritas as competências dos Juízes de Paz, no art. 80º, que se mantêm idênticas às descritas no Estatuto Judiciário de 1928.

2.1.6. O Estatuto Judiciário de 1962

No Decreto-Lei nº 44278, o Estatuto Judiciário de 1962¹⁵, no seu Título II, Capítulo I, Secção VI, compreende-se que ao contrário do que estava apenas subentendido nos Estatutos Judiciários anteriores, especifica o art 67º deste Estatuto que os Juízes de Paz estão hierarquicamente subordinados aos Juízes de Direito da comarca.

Quanto às competências dos Juízes de Paz, são reduzidas comparativamente aos Estatutos previamente enunciados, sendo estes reduzidos a cinco alíneas no art. 69º, transcrevendo-se:

- “a) Praticar, por delegação do juiz de direito da respetiva comarca, os actos seguintes: deferir o juramento a louvados, tutores, curadores, vogais do conselho de família e cabeças-de-casal;
- b) Fazer cumprir os mandatos e as cartas, ofícios e telegramas para citação, notificação e afixação de editais;

¹² Constituição da República Portuguesa de 1933 – disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>

¹³ Estatuto Judiciário de 1944 – disponível em <https://dre.pt/application/file/399551>

¹⁴ Art. 20º nº2.

¹⁵ Estatuto Judiciário de 1962 – disponível em <https://dre.pt/application/file/a/398197>

- c) Tomar conhecimento dos crimes ou infrações cometidas na área dos respetivos julgados, mandando lavrar auto de notícia;
- d) Prender os delinquentes em flagrante delito ou quando seja admissível a prisão sem culpa formada;
- e) Exercer as demais atribuições que lhes sejam conferidas por lei.”

2.1.7. Constituição de 1976

Na Constituição da República Portuguesa de 1976¹⁶, não existe qualquer referência aos Juízes de Paz, nem acerca da sua manutenção em funções.

No entanto, existe uma salvaguarda aos interesses dos cidadãos, constando no art. 217º nº1 que: “A lei poderá criar juízes populares e estabelecer outras formas de participação popular na administração da justiça.”. Este artigo não menciona claramente Julgados de Paz, nem Juízes de Paz, mas ressalva a importância da participação popular na administração da Justiça, sendo esta mesma participação essencial nos Julgados de Paz da atualidade.

2.2. A Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais

A Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais¹⁷, também denominada de Lei n.º 82/77, publicada no Diário da República n.º 281/1977 a 6 de dezembro de 1977, esclarece que a omissão dos Juízes de Paz na Constituição anteriormente referida não estava relacionada com o desaparecimento dos mesmos, dado que a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais clarifica as suas competências.

No art. 12º, nº2 desta Lei ocorre uma autenticação do estabelecimento dos Julgados de Paz como sendo um Tribunal de Primeira Instância, afirmando que: “Nas freguesias pode

¹⁶ Constituição da República Portuguesa de 1976 – disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>

¹⁷ Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais – disponível em <https://dre.pt/application/file/a/279698>

haver tribunais de 1.^a instância denominados julgados de paz.”. Ao nível da alçada, decorre do Art. 20º, nº1 que “os julgados de paz não têm alçada”.

No Capítulo VII, dedicado aos Julgados de Paz, encontram-se diversas características que são consideradas uma novidade comparativamente aos que anteriormente teria sido publicitado acerca dos Julgados de Paz e dos seus Juízes.

À luz desta Lei, deixa de ser obrigatório que os Juízes de Paz sejam indivíduos que exerçam a profissão de professor primário e que sejam escolhidos de acordo com a sua antiguidade no exercício dessa mesma profissão. As condições necessárias para que um indivíduo possa ser elegível para Juiz de Paz passam a ser as seguintes: ser português; ter mais de 25 anos; saber ler e escrever; estar no pleno gozo dos direitos civis e políticos; não ter sofrido condenação nem estar pronunciado por crime doloso; e ser eleitor inscrito pela respetiva freguesia¹⁸.

Quanto às competências do Juiz de Paz, estas encontram-se presentes no art. 76º, nº1, transcrevendo-se: “ exercer a conciliação nos termos da lei de processo; julgar as transgressões e contravenções às posturas de freguesia; preparar e julgar acções de natureza cível de valor não superior à alçada dos tribunais de comarca, quando envolvam apenas direitos e interesses de vizinhos e as partes estejam de acordo em fazê-las seguir no julgado de paz; e exercer as demais atribuições que lhes venham a ser conferidas por lei.”¹⁹

O art. 76º nº2 indica, também, que haverá sempre recurso das decisões dos Juízes de Paz para o Tribunal da comarca.

2.3. A Atualidade

Aquando da Lei Constitucional n.º 1/97, ocorre a inserção dos Julgados de Paz nas categorias de tribunais, sendo que esta é ainda hoje refletida no art. 209º da CRP, artigo esse criado a partir desta mesma lei constitucional.

¹⁸ Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, art. 75º

¹⁹ Art. 76º

Do Projeto de Lei nº 83/VIII, criado pelo Partido Comunista Português, que deu entrada a 20 de janeiro de 2000, nasceu a Lei nº 78/2001 de 13 de julho, sobre organização, competência e funcionamento dos Julgados de Paz, aprovada por unanimidade, que hoje em dia é conhecida como a Lei dos Julgados de Paz.

Inicialmente foram criadas apenas quatro instalações de Julgados de Paz, com localizações escolhidas pelos partidos políticos portugueses, como projeto experimental, tendo o PS escolhido Lisboa, o CDS selecionou Oliveira do Bairro, o PCP optou pelo Seixal e o PSD por Vila Nova de Gaia. Na atualidade existem cerca de 25 Julgados de Paz, sendo que muitos destes Julgados de Paz têm também instalações próprias nos concelhos que abrangem. Os Julgados de Paz podem surgir através de protocolos e acordos entre os Municípios (com interesse em sediar um Julgado de Paz ou uma Delegação) e o Ministério da Justiça, ou entre protocolos entre entidades públicas de reconhecido mérito e o Ministério da Justiça sendo que podemos afirmar que: “Os Julgados de Paz (...) são o resultado de uma parceria entre o poder local e o poder central, onde a iniciativa na criação destes tribunais cabe, também, aos municípios. As autarquias são chamadas a intervir em direitos fundamentais de natureza programática (artigos 66º e 70º da CRP), concretamente no direito fundamental de acesso ao direito e aos tribunais, previsto no art. 20º da CRP.”²⁰

Doze anos depois, surgiu a necessidade de atualizar a Lei nº 78/2001, dando origem à Lei nº 54/2013 de 31 de julho, de modo a introduzir algumas alterações necessárias a um melhor funcionamento dos Julgados de Paz.

Uma das alterações mais importantes foi sem dúvida a questão do valor das ações passíveis de ser propostas, presente no art. 8º da LJP. Atualmente os Julgados de Paz são competentes para apreciar questões de valor até € 15.000, quando anteriormente estavam limitados a ações que compreendessem o mesmo valor de alçada dos Tribunais de Primeira Instância (€ 5.000).

Os Julgados de Paz estão igualmente consagrados na Lei nº 62/2013, de 26 de agosto, Lei da Organização do Sistema Judiciário, que inclui no seu Art. 29º, nº4, a referência a Julgados de Paz nas Categorias de Tribunais. No seu título IX, o Art. 151º, nº1, define os Julgados de Paz enquanto tribunal:”. Os Julgados de Paz constituem uma forma alternativa de resolução de litígios, de natureza exclusivamente cível, em causas de valor

²⁰ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, p. 44

reduzido e em causas que não envolvam matéria de direito da família, direito das sucessões e direito do trabalho.”

3. Os Princípios Orientadores dos Julgados de Paz.

Os cinco Princípios Orientadores dos Julgados de Paz encontram-se presentes no Artigo 2º da LJP, sendo estes: simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual.

Estes princípios orientadores são definidos por diversos autores.

3.1. A simplicidade

J. Sevivas (2007) define a simplicidade ao nível dos Julgados de Paz como a “eliminação dos formalismos visando assegurar a intervenção cívica dos interessados, art. 2º nº1 da LJP. Eliminar o ritual processualista na procura da celeridade.”²¹

Através deste princípio podemos assumir que nos Julgados de Paz toda a tramitação processual é feita através da versão mais simplista da Justiça possível, estando diretamente relacionado com o facto de existirem apenas 3 fases processuais: a Fase Inicial, a Fase de Mediação e a Fase de Julgamento, que podem ser reduzidas a duas fases caso uma das partes (demandante ou demandada) prescinda da Fase de Mediação.

Está igualmente relacionado com a existência de uma simplicidade também ao nível dos articulados, visto que “nos Julgados de Paz, em regra, só há lugar a dois articulados (Requerimento Inicial e Contestação) e, exceccionalmente, é admitida a reconvenção e resposta à reconvenção (artigo 48º da LJP)”²²

É também possível afirmar que esta simplicidade existe para que os Utentes tenham um acesso mais fácil à Justiça, e para que estes compreendam o que ocorre em todas as fases

²¹ SEVIVAS, João – Julgados de Paz e o Direito, Rei dos Livros, Lisboa, 2007, p.163

²² CHUMBINHO, “Julgados (...)”, op. Cit, p. 172

do processo, incluindo-se também neste âmbito uma simplificação da linguagem jurídica quando tal seja necessário para melhor compreensão por parte dos Utentes.

3.2. A Adequação

A Adequação, segundo J. Sevivas (2007) trata-se de um “princípio pelo qual os actos devem decorrer, atenta a sua utilidade, na rápida e eficaz conquista de uma justiça consensual”²³.

Contudo, segundo Cardona Ferreira (2014), a Adequação é perceptível no facto de que “o modo como os actos decorrem devem ter em vista, sempre, a razão de ser de cada acto e os referidos objetivos finais”²⁴, sendo que, segundo o mesmo autor, no âmbito do art. 63º da LJP, ao ser possível recorrer ao CPC, é nos possível perceber que a Adequação se encontra no seu art. 547º, que enuncia que “ O juiz deve adotar a tramitação processual adequada às especificidades da causa e adaptar o conteúdo e a forma dos atos processuais ao fim que visam atingir, assegurando um processo equitativo.”

Ou seja, no âmbito do princípio da adequação, os processos em curso nos Julgados de Paz devem seguir os tramites legais considerados apropriados de modo a que nenhuma das partes seja desfavorecida ao longo do processo, conferindo-lhes a possibilidade de requerer apoio jurídico ou constituir mandatário caso alguma das partes sinta que se encontra em desvantagem comparativamente à outra.

3.3. A Informalidade

A informalidade é definida como “despir o processo de formalismos, possibilitando, acima de tudo, uma rápida e consensual resolução do litígio.”²⁵, segundo J. Sevivas (2007).

²³ SEVIVAS, “Julgados (...)” op. Cit. p.50

²⁴ CARDONA FERREIRA, Jaime Octávio – Julgados de Paz. Organização, Competência e Funcionamento, o que foram, o que são os Julgados de Paz e o que podem vir a ser, 3ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014. p. 47

²⁵ SEVIVAS “Julgados (...)” op. Cit., p.109

No entanto, J. O. Cardona Ferreira afirma que “(...) mesmo nos atos oficiais, sem quebra de civismo, das regras de educação e do respeito mútuo, deve refletir compreensão para com os problemas dos utentes e até uma certa proximidade humana, desde que não prejudique o discernimento, a imparcialidade e a capacidade de quem deva orientar ou decidir.”²⁶ O mesmo autor ainda acrescenta que deste princípio “resulta que, por exemplo, não se usam becas, nem togas (...)”

Este princípio é importante ao nível da relação entre o Utente e todos os funcionários do Julgado de Paz, inclusive com o Juiz de Paz.

Ao serem reduzidas as formalidades comparativamente ao Tribunal Judicial, os Utentes, na fase inicial do processo, para além de não sentirem automaticamente a necessidade de constituir mandatário para os representar, apercebem-se de que as partes são efetivamente o mais importante ao longo do processo nos Julgados de Paz, tornando possível que estes se representem a si mesmos e defendam os seus interesses.

3.4. A Oralidade

A oralidade, é, para o autor J. Sevivas, “privilegiar a forma oral como vetor real de proximidade entre os cidadãos”.²⁷

A oralidade encontra-se em diversos pontos essenciais para a tramitação processual, estando presente desde a entrada do Requerimento Inicial, que pode ser relatado oralmente para a Técnica de Atendimento, componente da secretaria do Julgado de Paz, que o converterá em forma escrita, através de um formulário específico para o efeito, de modo a dar entrada ao processo, de acordo com o Art.43º, no seu nº2 e nº3 da LJP.

A Contestação poderá igualmente ser efetuada oralmente, sendo relatada à Técnica de modo a que esta a possa redigir, também através de um formulário específico para o efeito, e esta possa ser adicionada aos autos, conforme Art. 47º nº1 da LJP.

²⁶ CARDONA FERREIRA, “Julgados de Paz. Organização (...)” op.Cit., p.48

²⁷ SEVIVAS, “Julgados (...)” op. Cit. p.130

Nos Julgados de Paz também em homenagem ao princípio da oralidade, as notificações podem ser feitas por telefone, o que ainda é impensável nos tribunais judiciais²⁸.

Ao longo da tramitação processual, inclusive na Pré-Mediação, Mediação e Conciliação, é sempre estimulada a tentativa de acordo entre as partes, que é discutida oralmente. A oralidade está então igualmente presente na resolução do conflito em si, fornecendo o estímulo para que as partes resolvam o conflito através do diálogo, na esperança de que a exposição do ponto de vista de cada uma das partes, possa solucionar o conflito que as separa.

Finalmente, também é denotada a força da componente da oralidade aquando da Leitura de Sentença às partes envolvidas no processo, pelos Juízes de Paz, consistindo esta Leitura o fim da tramitação processual no Julgado de Paz, dado que caso desejem recorrer da Sentença proferida, terão de recorrer ao Tribunal Judicial (onde será obrigatória a constituição de mandatário).

3.5. A Absoluta Economia Processual

Quanto à Absoluta Economia Processual, J. Sevivas (2007) define-a como “reduzir ao mínimo indispensável os actos processuais porque mais importante são os resultados obtidos”.

Diretamente relacionado a este princípio, estão os prazos que decorrem nos Julgados de Paz. Se o prazo fornecido por este Tribunal terminar a um feriado ou fim-de-semana, o prazo apenas terminará no dia seguinte, fornecendo uma pequena extensão ao prazo estipulado.

Também relacionado com este princípio orientador, está a ausência de férias judiciais, que normalmente decorrem nos Tribunais Judiciais. Com esta ausência, não só existe um incremento na celeridade processual, mas também garante que os prazos decorram de maneira a que esta celeridade se efetive. Isto leva a que todos os trémitos processuais decorram naturalmente, sem qualquer tipo de interrupções, garantindo assim que os utentes não sintam que o processo está “em espera”. Isto facilita não só a relação do

²⁸ CHUMBINHO, “Julgados (...)”, op. Cit, p. 95

Utente com os Julgados de Paz, mas também o sistema dos Julgados de Paz em si, evitando que os processos em curso entrem em pendência. Outra característica que evita a pendência processual é o facto de a Audiência de Julgamento só ser passível de adiamento uma vez, de acordo com o previsto no Art. 57º nº2 da LJP.

Nos Julgados de Paz, não há lugar à Citação Edital, evitando assim a morosidade nas citações aos Demandados.

O maior prazo estipulado nos Julgados de Paz trata-se de um prazo de 10 dias, ao contrário do que ocorre nos Tribunais Judiciais, onde os prazos podem ser bastante extensos, chegando a ser estabelecidos prazos de meses.

4. A importância da participação dos cidadãos nos Julgados de Paz

Devido à sua proximidade com o cidadão, e ser essa mesma necessidade de proximidade um dos principais motivos da criação dos Julgados de Paz, o facto de recorrer ao Julgado de Paz representa o momento inicial da participação desse mesmo cidadão na Justiça a que ele lhe concerne.

Ao dar entrada a um processo nos Julgados de Paz, o cidadão, que se tornará um Utente do Julgado de Paz e que a partir desse momento se denominará de Demandante, terá diversas fases processuais em que terá a oportunidade de interagir pessoalmente com a parte que o Utente sente que o lesou, após este ter sido citado pelo Julgado de Paz (que a partir do momento em que o processo é colocado será denominada de Demandado).

A participação dos cidadãos nos Julgados de Paz é tão crucial e tão intrínseca à criação dos mesmos, que será imperativa ao longo de toda a tramitação processual, sendo igualmente refletida na obrigatoriedade da presença das partes em Audiência de Julgamento no âmbito do Art. 38º nº1 da LJP.

5. As competências dos Julgados de Paz

A competência dos Julgados de Paz pode também ser avaliada em quatro categorias: em razão do objecto, em razão do valor, em razão do território e em razão da matéria. Estas competências encontram-se explicitadas nos art. 6º a 14º da LPJ.

5.1. Em razão do objecto

De acordo com o Art. 6º da LJP, os Julgados de Paz são competentes para julgar exclusivamente acções declarativas, podendo também julgar pedidos de indemnização cível, em casos em que não esteja a decorrer uma participação criminal acerca do mesmo acontecimento que levou à propositura da acção. Caso exista uma participação criminal, a acção apenas poderá ser proposta no Julgado de Paz após desistência da mesma.

Os Julgados de Paz não têm competência executiva em relação às sentenças que são proferidas neste tribunal.

5.2 Em razão do valor

Inicialmente, segundo o Art. 8º da Lei nº 78/2001 de 13 de Julho, o Julgado de Paz tinha “competência para questões cujo valor não exceda a alçada do Tribunal de 1ª instância” (€ 5.000), tal valor foi revisto na Lei nº 54/2013 de 31 de Julho, sendo a actual redacção do Art 8º: “Os Julgados de Paz têm competência para questões cujo valor não exceda € 15.000”.

5.3 Em razão da matéria

As competências em relação à matéria encontram-se explanadas no art. 9º da LJP:

- a) Ações que se destinem a efetivar o cumprimento de obrigações, com exceção das que tenham por objeto o cumprimento de obrigação pecuniária e digam respeito a um contrato de adesão²⁹;
- b) Ações de entrega de coisas móveis;
- c) Ações resultantes de direitos e deveres de condôminos, sempre que a respectiva assembleia não tenha deliberado sobre a obrigatoriedade de compromisso arbitral para a resolução de litígios entre condôminos ou entre condôminos e o administrador;
- d) Ações de resolução de litígios entre proprietários de prédios relativos a passagem forçada momentânea, escoamento natural de águas, obras defensivas das águas, comunhão de valas, regueiras e valados, sebes vivas; abertura de janelas, portas, varandas e obras semelhantes; estilocídio, plantação de árvores e arbustos, paredes e muros divisórios;
- e) Ações de reivindicação, possessórias, usucapião, acessão e divisão de coisa comum³⁰;
- f) Ações que respeitem ao direito de uso e administração da compropriedade, da superfície, do usufruto, de uso e habitação e ao direito real de habitação periódica;
- g) Ações que digam respeito ao arrendamento urbano, exceto as ações de despejo;
- h) Ações que respeitem à responsabilidade civil contratual e extracontratual;
- i) Ações que respeitem a incumprimento contratual, exceto contrato de trabalho e arrendamento rural;
- j) Ações que respeitem à garantia geral das obrigações.

2 - Os julgados de paz são também competentes para apreciar os pedidos de indenização cível, quando não haja sido apresentada participação criminal ou após desistência da mesma, emergentes de:

- a) Ofensas corporais simples;
- b) Ofensa à integridade física por negligência;
- c) Difamação;

²⁹ A referência a “contratos de adesão” foi adicionada nesta alínea pela Lei nº 54/2013.

³⁰ A referência a “divisão de coisa comum” nesta alínea foi introduzida pela Lei nº 54/2013.

- d) Injúrias;
- e) Furto simples;
- f) Dano simples;
- g) Alteração de marcos;
- h) Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços.

Explicita igualmente o nº3 do Art 9º que, de modo a que seja proposta uma ação no Julgado de Paz, relativamente às matérias incluídas no nº2, não poderá existir uma queixa criminal formal acerca dos mesmos, pois uma ação no Julgados de Paz não pode decorrer ao mesmo tempo que um processo criminal acerca do mesmo objeto.

5.3.1. Procedimentos Cautelares

De acordo com o Art. 41º-A, introduzido pela Lei nº 54/2013, o Julgado de Paz é competente quanto a procedimentos cautelares. Estes devem ser propostos pelo Demandante quando este sente que o seu direito está a ser ameaçado, temendo que o Demandado lhe cause alguma lesão grave ou algum dano não passível de reparação no objeto da ação. O Demandante poderá então requerer ao Julgado de Paz um procedimento cautelar, que se definirá numa providência conservatória ou antecipatória.

5.4. Em razão do território

Como o Art. 10º indica, “os factores que determinam a competência territorial dos Julgados de Paz são os fixados nos artigos 11º e seguintes³¹.”.

No âmbito do foro dos bens (art 11º), um processo deverá ser proposto no Julgado de Paz onde se encontra o imóvel ou o bem envolvido na propositura da ação. No caso de se tratar de imóveis situados em circunscrições diferentes, a ação deverá ser colocada onde se encontra o imóvel de maior valor patrimonial. No entanto, se a ação for apenas

³¹ Até ao art. 14º, inclusive.

relativamente a um prédio que se encontre em mais do que uma circunscrição territorial, e exista Julgado de Paz em ambas as circunscrições, a ação poderá ser proposta em qualquer uma destas.

Relativamente ao local do cumprimento da obrigação (art. 12º), a ação que visa o ressarcimento do Demandante por não cumprimento ou por cumprimento defeituoso, poderá ser colocada no Julgado de Paz do local onde a obrigação deveria ter sido cumprida, ou poderá ser colocada no Julgado de Paz do domicílio do demandado.

Porém, esta situação também pode ser referente a responsabilidade contratual e extracontratual. Em caso ocorrer uma responsabilidade contratual, a ação deverá ser proposta no Julgado de Paz do domicílio do Demandado. Caso se trate de uma responsabilidade extracontratual será competente o Julgado de Paz onde o facto ocorreu³². Ou seja, caso se trata de um acidente, a ação terá de ser proposta no Julgado de Paz correspondente ao local onde o acidente ocorreu.

O Art. 13º estabelece a regra geral, afirmando que em situações não previstas nos artigos anteriores, ou em disposições especiais, será competente para a ação o julgado de paz do domicílio do Demandado. Contudo, caso o Demandado não possua residência habitual, se o seu paradeiro for incerto ou ausente, ou caso tenha domicílio e residência num país estrangeiro, a ação deverá ser proposta no julgado de paz do domicílio do Demandante. Caso ambos (Demandante e Demandado) tenham domicílio num país estrangeiro, a acção terá de ser proposta num dos Julgados de Paz de Lisboa.

Quanto a pessoas coletivas, o Art. 14º estabelece que caso o Demandado seja uma pessoa coletiva, a ação deverá ser proposta no Julgado de Paz onde se encontra a sede da administração principal ou sucursal, agência filial, delegação ou representação, dependendo contra qual destas a ação irá ser proposta.

5.5. A Incompetência do Julgado de Paz

Relativamente à incompetência do Julgado de Paz, esta encontra-se expressa no Art. 7º da LJP.

³² PITÃO, José António de França e PITÃO, Gustavo França, *Lei dos Julgados de Paz Anotada, Remissões/ Anotações/ Jurisprudência/ Legislação Complementar*, Quid Juris, 2017, p.126-127

A incompetência tem obrigatoriamente de ser declarada pelo Juiz de Paz. No entanto, esta pode ser identificada por qualquer uma das partes envolvidas no processo em curso. Após esta incompetência ser identificada, sendo por vezes identificada pelo Demandado ou pelo seu Mandatário na Contestação, após despacho por parte do Juiz de Paz, a Secretaria do Julgado de Paz notifica o Demandante para se pronunciar quanto a isso.

Quando o processo segue a sua tramitação normal, não sendo notada inicialmente a incompetência, e o Juiz de Paz toma conhecimento da Incompetência pede para se pronunciarem. Caso não queiram que o processo siga os seus tramites no Tribunal Judicial ou seja enviado para o Julgado de Paz competente (caso exista), o processo é extinto e o Juiz de Paz profere a sentença.

Em caso de incompetência não há lugar a Audiência de Julgamento, no entanto pode haver mediação. Caso exista acordo entre as partes, este pode ser homologado em caso de incompetência territorial, mas nunca em caso de incompetência material.

5.6. A Competência dos Julgados de Paz – Competência Exclusiva ou Alternativa?

Uma das questões mais debatidas relativamente aos Julgados de Paz é a questão da sua competência, e se se trata de uma Competência Exclusiva ou Alternativa, sendo que as opiniões divergem na Doutrina, assim como na Jurisprudência.

5.6.1. No âmbito da Doutrina

Relativamente à Doutrina, a maioria dos autores defende a competência exclusiva dos Julgados de Paz.

Chumbinho declara que “A competência dos Julgados de Paz é exclusiva por duas ordens de razões: em primeiro lugar, a Lei dos Julgados de Paz é uma Lei Especial e a Lei Especial prevalece sobre a Lei Geral. Além disso, por argumento *a contrario* do artigo

67º da LJP, conclui-se que todos os processos posteriores à criação dos Julgados de Paz, devem ser propostos naqueles tribunais³³”.

Cardona Ferreira (2014) também concorda com esta visão, asseverando, relativamente ao Art. 67º da LJP, que “(...) a partir da criação e instalação, a jurisdição dos Julgados de Paz é própria e exclusiva (...)”³⁴, enunciando, também, na sua nota ao Art. 9º da LJP, que “(...) nada, a nosso ver, justificaria que se legislasse em sentido que dificultasse o reconhecimento da exclusividade da competência³⁵”

Existem, no entanto, autores que fornecem dois pontos de vista optativos, como Joel Timóteo R. Pereira que indica duas hipóteses relativamente à competência do Julgado de Paz, podendo esta ser classificada como exclusiva ou alternativa, afirmando que:

“Ou os Julgados de Paz são integrados na orgânica judiciária, enquanto tribunais com competência exclusiva para determinadas matérias, como uma das vias para a libertação dos Tribunais Judiciais de um leque de litigância, caso em que aos Julgados de Paz podem aplicar-se as mesmas regras de tramitação processual (ainda que simplificada); ou os Julgados de Paz mantêm a sua natureza alternativa, enquanto estruturas de resolução alternativa dos litígios, caso em que devem ser equiparados aos tribunais arbitrais e não aos tribunais judiciais e, por conseguinte, com uma orgânica e tramitação processual específica e distinta da dos Tribunais Judiciais.”³⁶”

5.6.2. No âmbito da Jurisprudência

O Acórdão de 24 de maio de 2007, do Supremo Tribunal de Justiça, aprecia a competência material dos Julgados de Paz como sendo alternativa relativamente aos Tribunais Judiciais de Competência Territorial concorrente.

³³ CHUMBINHO, “Julgados (...)”, op. Cit, p. 47

³⁴ CARDONA FERREIRA, “Julgados de Paz. Organização (...)” op.Cit., p.268

³⁵ CARDONA FERREIRA, “Julgados de Paz. Organização (...)” op.Cit., p.95

³⁶ PEREIRA, Joel Timóteo Ramos, *Os Julgados de Paz e a Reforma do Sistema de Justiça*, 1º Congresso dos Juizes de Paz Portugueses, Dezembro de 2011, Lisboa, p.3, disponível em: <https://www.joelpereira.pt/direito/2011-12-09julgadospazreformasistemajustica.pdf>

Ao longo do Acórdão, foram elaboradas as seguintes conclusões por parte dos seus redatores:

- A definição dos Julgados de Paz como projetos experimentais e de limitada implantação territorial justifica a manutenção da concorrência entre duas jurisdições.
- A natureza e o modo de funcionamento dos Julgados de Paz perspetivam-nos como meios de resolução alternativa de litígios e não como meios substitutivos dos Tribunais Judiciais.
- A instauração da ação no Tribunal comum significa o desinteresse ab initio na fase de mediação.
- O princípio da dependência de jurisdição – cessação da sua competência, em questões incidentais e de prova pericial – exclui logicamente a imposição de acionamento nos Julgados de Paz.
- A própria LJP não especifica que o Julgado de Paz tem competência exclusiva para dirimir os conflitos indicados nas suas competências. Se se tratasse de uma competência exclusiva, tal iria ser anunciado pela própria lei.
- Os Julgados de Paz e os Tribunais da ordem judicial, uns e outros com a natureza de órgãos jurisdicionais, estão numa relação de paralelismo mitigado, na medida em que das decisões dos primeiros pode haver recurso para os últimos”
- Poderá ser argumentado, relativamente ao Art. 211º da CRP que os Julgados de Paz não se encontram em qualquer das ordens de tribunais previstas neste artigo.
- Existe uma falta de competência executiva do Julgado de Paz, relativamente às suas próprias sentenças.
- A Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais deveria ter sido alterada, de acordo com o Projeto Lei elaborado pelo Partido Comunista Português, de modo a que os Tribunais de Primeira Instância perdessem a competência para apreciar questões no âmbito do Art. 9º da LJP. Como não ocorreu qualquer alteração, considera-se que estas matérias não pertencem exclusivamente ao Julgado de Paz.

No entanto, o Acórdão de 12 de junho de 2007, do Tribunal da Relação de Lisboa, invoca que a competência dos Julgados de Paz é uma competência exclusiva.

Este Acórdão enuncia diversas razões que poderão refletir a exclusividade de competências dos Julgados de Paz, tais como:

- “A lei reguladora dos Julgados de Paz nada diz de expresse sobre esta matéria e também não se vê que algo tivesse que dizer. Como nada diz, só se pode entender que a sua competência é uma competência exclusiva, porque assim acontece sempre que o legislador atribui a outras entidades competência específica para o conhecimento de determinadas matérias, subtraindo-as à alçada dos tribunais judiciais.”
- O Art. 64º do CPC, sobre a competência dos tribunais judiciais afirma que: “São da competência dos tribunais judiciais as causas que não sejam atribuídas a outra ordem jurisdicional.”,
- O Art. 211º da CRP, no seu nº1, enuncia que: “Os tribunais judiciais são os tribunais comuns em matéria cível e criminal e exercem jurisdição em todas as áreas não atribuídas a outras ordens judiciais.”, sendo que esta afirmação defende a competência exclusiva dos Julgados de Paz, dado que ao fornecer essas competências ao Julgados de Paz essas deviam ser retiradas do âmbito de competências do Tribunal Judicial.
- “A retirada dos tribunais judiciais das ações de parco valor e grande simplicidade, aponta no sentido da obrigatoriedade da sua jurisdição, e que esta também decorre do Art. 67º da LJP, sob pena da sua inutilidade.
- Afasta o princípio da reserva de jurisdição pretensamente atribuída aos tribunais judiciais por virtude de os Julgados de Paz dela partilharem, por as suas decisões terem o valor de sentença proferida pelo Tribunal de Primeira Instância e serem impugnáveis por via de recurso.
- “A ser a competência dos Julgados de Paz alternativa, (...), ninguém garantiria que processos complexos não fossem instaurados nos Julgados de Paz e que outros mais simples não fossem instaurados nos juízos de pequena instância cível”
- No âmbito do Art. 67º da LJP, este é visto como uma norma transitória comprovativa da exclusividade de competências do Julgado de Paz, ao determinar que as acções pendentes à data da criação e instalação dos Julgados de Paz prosseguissem os seus termos nos tribunais onde foram propostas, encontrando-se refletido no Acórdão que “Esta norma não faria o menor sentido se a

competência dos Julgados de Paz fosse meramente alternativa da dos Tribunais Judiciais, pois que então não haveria qualquer justificação ou fundamento para o desaforamento destas acções, para as quais eram, e continuariam a ser, competentes aqueles tribunais.”

- Está igualmente previsto que a tese de competência alternativa dos Julgados de Paz “viola o princípio, ou regra, do processo equitativo, que é assegurado, nomeadamente, através da igualdade de armas, que impõe o equilíbrio entre as partes ao longo de todo o processo, na perspectiva dos meios processuais de que dispõem para apresentar e fazer vingar as respetivas teses e que exige a identidade de faculdades e meios de defesa processuais”. Ou seja, defende que a tese alternativa dota o Demandante do poder de decisão relativamente ao “onde” o processo vai ser colocado, ficando “o réu sem alternativa nenhuma, mesmo quando entenda, quando demandado no Julgado de Paz, que o tribunal é que lhe oferecia as garantias de defesa que carecia”

5.6.3. Considerações Finais

Apesar de a doutrina avançar no sentido da exclusividade da competência material do Julgado de Paz, considero que os Julgados de Paz possuem uma competência alternativa, por diversas razões.

Primeiramente, os cidadãos são livres de escolher propor a ação no Julgado de Paz, devido à redução dos custos e à celeridade que este Tribunal apresenta. No entanto, este Tribunal não possui a capacidade de efetuar provas periciais, que tendo de ser requeridas ao Tribunal Judicial, prejudicam a celeridade visada.

A necessidade de o Julgado de Paz recorrer ao Tribunal Judicial no âmbito da prova pericial e do recurso, denota que o Julgado de Paz é dependente do Tribunal Judicial, limitando assim as suas competências.

Assumir a competência como exclusiva por parte dos Julgados de Paz relativamente ao Tribunal Judicial, seria assumir que os Julgados de Paz teriam a capacidade de lidar com a totalidade da tramitação processual, incluindo provas periciais e recurso das próprias

sentenças. Isto, na falta de um Julgado de Paz de Segunda Instância, necessário para atingir a plena exclusividade relativamente às competências enunciadas no Art. 9º da LJP, determina que a competência por parte do Julgado de Paz, numa circunscrição na qual esteja igualmente sediado um Tribunal Judicial, não poderá ser possível.

A falta de alteração nesse sentido da Lei da Organização do Sistema Judiciário³⁷, assim como a falta de menção relativamente à competência alternativa ou exclusiva do Julgado de Paz na Lei nº 78/2001, de 13 de julho, alterada pela Lei nº 54/2013 de 31 de julho, leva a crer que se considera que o Julgado de Paz não poderá ser visto como detentor de competências exclusivas, pois fosse esse o objetivo, as leis supramencionadas já o teriam disposto.

Apreciando a questão através do Art. 64º do CPC, sobre a competência dos tribunais judiciais afirma que: “São da competência dos tribunais judiciais as causas que não sejam atribuídas a outra ordem jurisdicional”, assumindo que os Julgados de Paz seriam exclusivamente competentes para apreciar as questões enunciadas no Art. 9º da LJP, tornaria o Tribunal Judicial incompetente aquando do recurso das sentenças proferidas no Julgado de Paz, pois não faria sentido estes serem incompetentes para a apreciação do pedido relativamente a questões presentes no Art. 9º da LJP, mas tornarem-se subitamente competentes aquando do recurso quanto à apreciação dessas mesmas questões por parte do Julgado de Paz.

Além disso, no âmbito do Art. 67º da LJP, ao ser considerada exclusiva a competência do Julgado de Paz, as ações não deveriam continuar a sua tramitação no Tribunal onde foram propostas, mas sim ser remetidos para o “novo” tribunal competente, sendo essa remessa comunicada às partes, indicando que o Tribunal deixou de ser competente para as apreciar.

6. A Especificidade do Julgado de Paz do Oeste

Através de Protocolos específicos, individuais entre cada um dos Municípios inframencionados, entre o Ministério da Justiça e o Agrupamento de Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Nazaré, datados de 12 de novembro de 2008, assim

³⁷ Alterada recentemente através da Lei n.º 19/2019 de 19 de fevereiro.

como através do Decreto-Lei nº 60/2009, especificamente no seu Art 1º, alínea a), ocorreu a criação do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos³⁸, abrangendo todas as freguesias destes concelhos.

Este Decreto-Lei indicava, no seu art. 3º, de que se consideraria a Sede do Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos o local onde fosse proposta a ação.

O Regulamento interno do Julgado de Paz do Agrupamento de Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos está disposto na Portaria nº 421/2009.

A extinção do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos, encontra-se presente no Decreto-Lei nº 41/2017, de 5 de abril, no seu Art. 3º, assim como no seu Art. 1º. Nesse mesmo Art. 1º, procede-se à criação do Julgado de Paz do Oeste.

Quanto aos processos que se encontravam em curso no Agrupamento de Concelhos agora extinto, encontra-se presente no Art. 4º que os processos que estivessem pendentes iriam ser transferidos para o seu município correspondente, de acordo com o estabelecido no Art. 2º, nº1 deste Decreto-Lei. No entanto, segundo o nº2 do Art.4º, os processos cujo Demandante fosse residente nos municípios de Alcobaça ou Nazaré, seriam transferidos para a delegação de Alcobaça³⁹, e os processos cujo Demandante fosse residente ou tivesse domicílio nos municípios de Caldas da Rainha ou Óbidos, seriam transferidos para a sede do Julgado de Paz do Oeste, em Bombarral.

O Julgado de Paz do Oeste trata-se de um Julgado de Paz pioneiro, visto que se trata do primeiro Julgado de Paz Intermunicipal. Esta possibilidade advém da alteração à Lei nº 78/2001 pela Lei nº 54/2013, que incluiu no seu Art. 4º, nº3 que “Podem ainda ser constituídos Julgados de Paz junto de entidades públicas de reconhecido mérito, sendo o seu âmbito de jurisdição definido no respetivo ato constitutivo.”

A sua implementação encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº41/2017, de 5 de abril, no qual ficou estipulado que o Julgado de Paz do Oeste se trataria de uma parceria entre

³⁸ Art. 1º, al. a) do Decreto-Lei 60/2009.

³⁹ Como Alcobaça, ao contrário do que estava estipulado no Protocolo de 19 de julho de 2016, acabou por não iniciar as suas funções como uma delegação com valência de sede, mas sim como uma delegação com competência limitada à receção de requerimentos, todos os processos que correspondiam ser transferidos para a delegação de Alcobaça, foram transferidos para a Sede do Oeste, em Bombarral.

o Ministério da Justiça e a Comunidade Intermunicipal do Oeste, tendo sido esta parceria efetivada a 19 de julho de 2016, a partir do Protocolo assinado entre ambas as partes.

A Sede do Julgado de Paz do Oeste, em Bombarral, tramita os processos das seguintes delegações: Bombarral, Caldas da Rainha, Peniche, Nazaré, Óbidos, Alcobaça, Torres Vedras e Cadaval, em que excetuando a Sede, todas as outras delegações têm competência limitada à receção de requerimentos, que após a sua entrada na delegação são enviados via correio registado para a Sede para posterior seguimento dos seus tramites processuais.

No entanto existem três outras delegações com todas as valências: Alenquer, Lourinhã e Arruda dos Vinhos, sendo que nas duas primeiras apenas são tramitados processos abrangendo concelhos e freguesias dos mesmos. Quanto a Arruda dos Vinhos, esta delegação tramita processos relativamente a Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço.

Apesar de no Protocolo datado de 19 de julho de 2016, se encontrar explicitado que as delegações com todas as valências dos Julgados de Paz seriam: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval e Lourinhã, apenas Alenquer, Arruda dos Vinhos e Lourinhã se encontram atualmente com essas valências, sendo que a primeira adquiriu as suas valências posteriormente.

Como as delegações de Alenquer, Alcobaça e Cadaval estavam a aguardar, a nível de instalações, as condições consideradas necessárias às delegações com todas as valências, como consta no Art. 3º, nº1 e nº2, da Portaria nº 187/2017 de 1 de junho, os processos rececionados nas delegações supramencionadas são tramitados na Sede do Oeste, no Julgado de Paz de Bombarral.

A Comunidade Intermunicipal do Oeste é responsável por fornecer as instalações aos Julgados de Paz, sendo que estas devem compreender salas específicas de acordo com a sua qualidade: Sede, Delegação com valência de Sede, e Delegações com competência limitada à receção de Requerimentos.

A Sede do Julgado de Paz deverá conter: um gabinete de Juiz de Paz, um gabinete para mediadores, uma sala de audiência de julgamento, uma sala de mediação, uma sala de testemunhas, uma sala de espera, uma sala de apoio administrativo e uma sala de atendimento.

As Delegações com todas as valências devem compreender: um gabinete de juiz de paz, uma sala de audiência de julgamento, uma sala de mediação, uma sala de atendimento e sala de espera.

As Delegações com competência limitada à receção de Requerimentos devem conter apenas uma sala de atendimento e uma sala de espera.

A Comunidade Intermunicipal do Oeste é igualmente responsável pelo fornecimento de meios humanos ao Julgado de Paz, sendo que a Sede e as Delegações com valência de sede devem ter um técnico Administrativo e um Jurista ou só um Jurista consoante as necessidades dos serviços. Quanto às Delegações com competência limitada à receção de requerimentos, apenas deverão ter um Técnico Administrativo.

A 6 de junho de 2017 foi celebrado outro Protocolo entre a Comunidade Intermunicipal do Oeste e o Ministério da Justiça, no qual constam os Locais da Sede e delegações do Julgado de Paz, incluindo moradas do local onde irão funcionar, e os horários de funcionamento dos Julgados de Paz pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Oeste, sendo que cada delegação poderá ter um horário de funcionamento específico de acordo com a sua qualidade (Sede, Delegação com valência de Sede ou Delegação com competência limitada à receção de Requerimentos) e de acordo com a conveniência do serviço.

6.1. O Regulamento Interno

O Regulamento Interno do Julgado de Paz do Oeste encontra-se anexo à Portaria nº 187/2017 de 1 de junho. Este Regulamento especifica as funções de cada serviço envolvido na tramitação processual no Julgado de Paz.

6.1.1. Técnicos de Atendimento – O Serviço de Atendimento

As funções de um Técnico de Atendimento encontram-se enunciadas no Art. 4º do Regulamento Interno do Julgado de Paz. Este clarifica que apesar do serviço de

atendimento ser assegurado por juristas, nas delegações com competências limitadas a receção de requerimentos, poderá ser efetuado por técnicos administrativos.

No nº3 do Art. 4º encontram-se as competências relativas ao serviço de atendimento: O técnico deverá assegurar o atendimento ao público, prestando informações sobre as atribuições e competências do Julgado de Paz, assim como a tramitação processual, a pré-mediação e a mediação. Deverá receber os requerimentos e as contestações apresentadas pelos interessados, sendo que deverá reduzi-los a escrito quando tais sejam apresentados oralmente. O técnico de atendimento é igualmente responsável por designar os mediadores para cada sessão de pré-mediação e mediação, nos termos da lei, assim como marcar o dia e a hora em que as mesmas irão ocorrer. O Técnico de atendimento é ainda responsável por notificar as partes envolvidas no processo da data de audiência de julgamento, nos casos previstos na lei e de acordo com a orientação do Juiz de Paz.

6.1.2. O Serviço de Mediação

As funções inerentes ao serviço de mediação encontram-se explicitadas no Art. 5º, nº2 do Regulamento.

Estes deverão realizar a sessão de pré-mediação, explicando as partes no que consiste a mediação e os objetivos da mediação. Caso as partes tenham chegado a acordo entre si, o mediador deverá submeter o acordo para homologação imediata pelo Juiz de Paz, nos casos em que o Julgado de Paz seja competente para a apreciação da causa. No entanto, de acordo com o nº1 do Art. 5º, estes podem realizar serviços de mediação como forma alternativa de resolução de litígios cuja competência não esteja atribuída ao Julgado de Paz.

Na eventualidade de alguma das partes envolvidas desejar consultar o regulamento dos serviços de mediação ou alguma legislação conexa, o mediador deverá facultar a informação requerida pelo Utente.

6.1.3. O Serviço de Apoio Administrativo

Quanto às competências do Serviço de Apoio Administrativo, presentes no art. 6º do Regulamento, estas abrangem: a distribuição de processos pelos juízes de paz, a remessa de processos para a sede ou delegação no qual irá ocorrer a tramitação processual, proceder a citações e notificações, receber e expedir a correspondência do Julgado de Paz, manter organizadas as informações e registos relativos à contabilidade do Julgado de Paz (relativamente a pagamentos, devoluções e reembolsos) e às mediações, reportando essas informações à DGPJ que lhe sejam pedidas quanto a essas matérias, proceder à organização de inventário e arquivo de documentos, manter atualizado o registo de assiduidade dos funcionários e apoiar qualquer atividade desenvolvida pelo Julgado de Paz.

6.1.4. A Secretaria do Julgado de Paz

A Secretaria do Julgado de Paz é composta pelo Apoio Administrativo e pelo Técnico de Atendimento, estando a necessidade destes sectores consagrada no Art. 17º da Lei nº 78/2001 e tendo estes dois sectores funções específicas, como pode ser observado Regulamento Interno do Julgado de Paz do Oeste.

Ao longo deste capítulo, irá ser explicado em detalhe, não só as funções de cada um dos sectores pertencentes à Secretaria do Julgado de Paz, mas também as especificidades inerentes aos mesmos. Serão igualmente explicadas em detalhe cada uma das notificações fornecidas às partes envolvidas nos processos em curso necessárias para a tramitação dos mesmos.

7. A Tramitação Processual nos Julgados de Paz

7.1- Fase Inicial

7.1.1. Requerimento Inicial

A tramitação processual nos Julgados de Paz inicia-se com a apresentação do Requerimento Inicial, por parte do Demandante.

No Requerimento Inicial, conforme indicado no Art. 43º nº2 da LJP, devem constar os seguintes elementos: o nome e domicílio do Demandante, o nome e domicílio do Demandado, uma exposição sucinta dos factos que levaram ao processo, o pedido do Demandante ao Demandado e o valor da causa.

O Requerimento Inicial pode ser apresentado por escrito e ser entregue na Secretaria do Julgado de Paz, contendo os elementos supramencionados, assim como toda a documentação que o Demandante considere necessário aquando da entrada do processo.

Caso o Demandante deseje apresentar-se no Julgado de Paz de modo a efetuar o Requerimento Inicial oralmente, este deverá ser reduzido a escrito pelo funcionário da secretaria do Julgado de Paz, de acordo com o nº3 do Art. 43º da LJP. Tal deve-se maioritariamente ao facto de que muitos Utentes preferem dirigir-se ao Julgado de Paz e dar entrada ao seu Requerimento Inicial oralmente, em detrimento da entrega de um documento escrito (conforme minuta que pode ser requerida pelo Utente na Secretaria do Julgado de Paz).

Para além de tal auxiliar à proximidade com os cidadãos, também torna o processo bastante mais célere, dado que qualquer informação adicional ao processo pode ser fornecida no local, assim como pode ser garantido o pagamento da taxa de justiça logo após o Requerimento Inicial ser registado pela Técnica na plataforma informática dos Julgados de Paz, que atribui automaticamente um número e um Juiz de Paz ao processo que teve entrada naquele momento.

A garantia do pagamento da taxa inicial é crucial, dado que nenhum Requerimento Inicial poderá ser registado na plataforma informática do Julgado de Paz se não se encontrar assegurado o pagamento da taxa de justiça.

7.2. A Citação

Após a entrada do Requerimento Inicial por parte do Demandante, a Secretaria do Julgado de Paz deverá proceder à citação do Demandado, dando assim a conhecer ao indivíduo contra quem o processo foi proposto, que tem um processo a decorrer contra si, caso este não esteja presente na propositura da ação. Apesar de esta situação estar prevista no nº4 do Art. 43º da LJP, a verdade é que normalmente o Demandado nunca está presente aquando do Requerimento Inicial, razão pela qual este deverá ser citado pela Secretaria, de modo a ter conhecimento da ação proposta contra si, conforme Art. 45º da LJP.

Não estando presente, o Demandado terá de ser citado através de uma carta postal, com registo e aviso de receção⁴⁰.

A citação deverá incluir, num ofício apropriado para o efeito, os seguintes elementos:

- Quem instaurou o processo contra o Demandado neste Tribunal.
- O prazo para contestar a acção colocada contra si, assim como a indicação de que a contestação pode ser apresentada por escrito ou oralmente nos serviços de atendimento do Julgado de Paz.
- A dilação⁴¹ caso tal seja necessária, sendo esta de 0 dias quando o Demandado reside na área do Agrupamento de Concelhos do Julgado de Paz em questão, 5 dias quando o Demandado reside fora da área do Agrupamento de Concelhos do Julgado de Paz em questão, 15 dias quando o Demandado reside no território das regiões autónomas e 30 dias quando o Demandado reside fora do território português. Tal inclui também a nota de no caso de o Demandado ser uma pessoa singular e a assinatura do Aviso de Receção não tenha sido feita pelo próprio, acresce uma dilação de 5 dias⁴².
- A informação da não obrigatoriedade de constituição de Advogado e a possibilidade de requerimento de apoio judiciário, sendo que o documento comprovativo do requerimento deverá ser entregue neste Tribunal e junto ao processo, de modo a interromper o prazo para contestação da ação até notificação do deferimento ou indeferimento do requerimento de apoio judiciário.

⁴⁰ Art 46º, nº1, da LJP.

⁴¹ Art. 245º do CPC.

⁴² Art 63º da LJP, Art. 228º e 245º do CPC.

- A data de pré-mediação (caso o Demandante não tenha prescindido da mesma), assim como a hora e local em que esta terá lugar.
- As cominações em que incorre em caso de revelia⁴³,
- Uma cópia do requerimento inicial apresentado pelo Demandante⁴⁴.
- A informação de que caso não beneficie de apoio judiciário, não tendo assim dispensa do pagamento da taxa de justiça, este deverá ser efetuado na data de apresentação da contestação ou aquando da aceitação do procedimento de mediação, tendo esta taxa o valor de € 35, tal como os anteriormente pagos pelo Demandante, sob pena da aplicação e liquidação de uma sobretaxa de € 5,00 por cada dia de atraso⁴⁵, não podendo o montante total exceder € 70. Fornece-se igualmente o IBAN para caso o utente deseje pagar a taxa através de transferência bancária, as informações para casos de pagamento através de cheque e também a opção de efetuar o pagamento pessoalmente no Julgado de Paz.
- A indicação de que nos Julgados de Paz não existem férias judiciais, logo não existe suspensão dos prazos nos períodos associados às mesmas.
- A importância da comparência pessoal das partes, assim como a possibilidade de caso o Demandado assim o deseje, possa fazer-se acompanhar por Advogado, Advogado Estagiário ou Solicitador de acordo com o previsto no Art. 38º da LJP.
- A nota de que até ao dia da Audiência de Julgamento podem ser apresentados todos os meios de prova considerados necessários ou úteis, podendo cada uma das partes apresentar até 5 testemunhas na Audiência, nos termos do nº1 e nº2º da LJP.
- A citação inclui também o horário de funcionamento do Julgado de Paz, de modo a que o Utente tenha conhecimento do mesmo para efeitos de deslocação ao Julgado de Paz e de modo a saber quando poderá efetuar contacto telefónico.

No caso de se tratar de uma Citação a uma pessoa coletiva, adverte-se no ofício de citação que deverão comparecer os seus representantes legais, comprovando através de documentação a sua qualidade de representante legal da pessoa coletiva.

Em situações em que a tentativa de citação a uma pessoa coletiva seja frustrada, irá ocorrer uma segunda tentativa de citação de pessoa coletiva. Nesta situação, o ofício de

⁴³ Art. 45º, nº2, da LJP.

⁴⁴ Art 45º, nº1 da LJP.

⁴⁵ De acordo com a Portaria nº 1456/2001 de 28 de dezembro, alterada pela Portaria nº 209/2005 de 24 de fevereiro.

citação adverte que endereçando o Tribunal o presente ofício para a sua sede, a citação se considera efetuada na data certificada pelo distribuidor do serviço postal, ou no caso do mesmo ter deixado aviso, no oitavo dia posterior a essa data, presumindo-se que a pessoa coletiva teve conhecimento dos elementos que lhe foram deixados aquando da citação.⁴⁶

As citações também podem ser feitas pessoalmente, caso, por exemplo, o Demandado não tenha efetivamente recebido a citação e, apesar de ter sido deixado um aviso em como poderia ser levantada no Posto de CTT, esta não ter sido levantada e ter sido devolvida ao Julgado de Paz. Nesse caso o Demandado poderá dirigir-se ao Julgado de Paz e ser citado pessoalmente. No entanto, a citação pessoal também pode ocorrer nos casos em que se frustrou a tentativa de citação e foi enviada uma carta-convite, em envelope de notificação postal simples e com prova de depósito, convidando o Demandado a apresentar-se no Julgado de Paz a fim de ser citado pessoalmente.

Para tal, irão ser introduzidos os dados do Demandado numa minuta específica, que será assinado pelo mesmo e certificado através de uma certidão de citação pessoal. Aquando da citação pessoal o Demandado receberá em mãos uma cópia do Requerimento Inicial e documentos anexos.

Tendo-se frustrado todas as diligências possíveis de citação do Demandado irá ser enviado, pela Secretaria do Julgado de Paz, um ofício à Ordem dos Advogados de modo a que seja nomeado um Defensor Oficioso para representar o Demandado, que será a partir desse momento considerado ausente.

7.3. Pedidos de Informação

Apesar de o Demandante fornecer ao Tribunal a morada que acredita ser a morada do Demandado, nem sempre essa morada se revela eficiente para efeitos de citação. Quando existe uma primeira tentativa de citação frustrada, o Julgado de Paz entrará em contacto com o Demandante para este vir informar ao Tribunal se tem conhecimento de qualquer outra morada que possa auxiliar a determinar o paradeiro do Demandado. Caso o Demandante informe o Tribunal de que não possui qualquer outro tipo de morada de

⁴⁶ Art. 246 n.º4 CPC aplicável por força do disposto no art. 63.º da LJP, e do Art. 230.º n.º5 e 229.º do CPC.

possível domicílio do Demandado, a Secretaria irá elaborar uma conclusão para posterior despacho por parte do Juiz de Paz.

Após o proferimento do Despacho, irá ser enviado um ofício de pedido de informação, com cópia do despacho em anexo, ao Instituto de Segurança Social (ISS), à Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) e ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT). Estes ofícios são algo que decorre tanto da frustração das tentativas de citação (dado que têm como finalidade auxiliar à citação de um Demandado por parte dos Julgados de Paz), como do Art. 63º da LJP, que remete para o Código de Processo Civil. Este dispõe no seu Art. 236º que: “ Quando seja impossível a realização da citação, por o citando estar ausente em parte incerta, a secretaria diligencia obter informação sobre o último paradeiro ou residência conhecida junto de quaisquer entidades ou serviços, designadamente, mediante prévio despacho judicial, nas bases de dados dos serviços de identificação civil, da segurança social, da Autoridade Tributária e Aduaneira e do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (...)”.

O ofício supramencionado deverá conter o Nome Completo do Demandado, e o seu Número de Identificação Fiscal, caso este seja conhecido pelo Tribunal, e a indicação do desconhecimento caso o mesmo não tenha sido fornecido pelo Demandante. O ofício deverá também indicar o número do processo em curso e a indicação de que tal informação se pede com vista à citação pelo Julgado de Paz.

Após receção da informação requerida, irá ser feita uma comparação com a morada para a qual ocorreu a tentativa frustrada de citação. Caso a morada fornecida pelas autoridades supramencionadas seja diferente da morada inicialmente fornecida pelo Demandante, irá proceder-se a uma nova tentativa de citação para essa morada. Caso a morada seja igual à inicialmente fornecida pelo Demandante, após outra tentativa de citação, irá ser feita uma conclusão, por parte da Secretaria do Julgado de Paz, para despacho por parte do Juiz de Paz, de modo a que possa continuar a tramitação processual.

7.4. A Contestação

Tal como o Requerimento Inicial, a Contestação pode tanto dar entrada no Julgado de Paz em formato escrito, como pode ser feita oralmente, no prazo de 10 dias, assim como

indicado no Art. 47º nº1 da LJP, acrescentando dilação nos casos anteriormente descritos. Apesar de ter um prazo de 10 dias, a Contestação poderá ser entregue até 13 dias, estando previstas multas nos 11º, 12º e 13º dia, correspondendo a 10% do valor da taxa inicial, 25% do valor da taxa inicial e 40% do valor da taxa inicial, respetivamente, de acordo com o disposto no Art. 139º, nº5 do CPC.

Quando o Utente (Demandado na ação) deseja contestar oralmente, este dirige-se à Técnica de Atendimento, que lhe pede contar a sua versão dos eventos, de modo a que o Utente não se esqueça de nenhum detalhe que deseja que fique presente na Contestação.

No entanto, primeiramente insere-se no formulário próprio para o efeito os dados correspondentes às partes envolvidas no processo, de modo a que o formulário fique o mais completo possível. A Técnica mostra ao Utente o formulário que irá ser utilizado aquando da Contestação, tratando-se este de um formulário simples, de modo a que se perceba claramente, ponto por ponto, o que se deseja clarificar quanto ao Requerimento Inicial.

Durante a Contestação Oral, o Utente faz o enquadramento, de modo a que a Técnica possa compreender a situação e o Utente se possa expressar livremente. O Utente vai explicando as razões pelas quais este discorda do Requerimento Inicial, refutando os pontos em que acredita que o Requerimento Inicial se encontra incorreto, ou seja, vai-se defendendo do processo em curso contra si.

Através dos factos enunciados, estabelecem-se os pontos que se irão expor na Contestação.

A Contestação deverá preferivelmente explicar a ordem cronológica do conflito até ao momento em que o processo foi colocado contra o Demandado, detalhando tudo o que ocorreu anteriormente e como. Quando a ação envolve pagamentos, preferivelmente terá de ser explicitado como estes foram efetuados.

À Contestação podem ser adicionados documentos pelo Demandado como anexo à mesma, tal como ocorre quando a Contestação é entregue já escrita na Secretaria do Julgado de Paz. Quando tal acontece, o Utente mantém os originais e para o processo irão ser tiradas cópias, podendo na Contestação ser referidos esses mesmos documentos anexos. Podem ser igualmente feitas referências a documentos presentes no

Requerimento Inicial, apontando os erros que o Demandado acredita que constam no mesmo. Elementos de prova são sempre importantes na contestação.

Após a entrada da Contestação no Julgado de Paz, o Demandante é imediatamente notificado da mesma. Caso aquando do Requerimento Inicial o Demandante não tiver sido notificado da sessão de pré-mediação e da sua data, hora e local, será notificado quando lhe for enviada também a contestação.

Tal como referido anteriormente, será necessário, ao contestar a ação, efetuar o pagamento da taxa de justiça, correspondente a € 35. No entanto, podem existir mais do que um Demandado na acção. Caso ambos contestem, podem cada um deles proceder ao pagamento de € 35. Dado que o valor excederá o valor total de um processo no Julgado de Paz, correspondente a € 70, as contas serão feitas a final. Tal significa que quando o Juiz de Paz proferir a sentença, todas as custas processuais que tiverem sido pagas em excesso, serão reembolsadas a quem couber esse reembolso.

7.5. A Reconvenção

Só é possível responder a uma Contestação se existir Reconvenção. Esta resposta apenas será permitida porque ao fazer Reconvenção o Demandado está também a colocar uma ação contra o Demandante, fazendo com que se encontrem dois pedidos no mesmo processo: o inicial e o reconvenicional. Inicialmente, o Demandante, no preenchimento do Requerimento Inicial, deseja que o Demandado seja condenado a pagar um determinado montante ou a proceder a uma devolução, dependendo da ação. Neste caso, está também o Demandado a requerer que o Demandante seja condenado.

A Reconvenção encontra-se explicitada no Art. 48º da LJP, que afirma que apenas se admite a reconvenção “quando o Demandado se propõe obter a compensação ou tornar efetivo o direito a benfeitorias ou despesas relativas à coisa cuja entrega lhe é pedida”, ou seja, trata-se de uma forma de o Demandado reaver o seu investimento numa coisa que já não será sua e da qual já não terá usufruto a partir do momento da sua entrega.

Caso o Demandado efetue um pedido reconvenicional aquando da sua Contestação, o Demandante terá o prazo de 10 dias para responder, de modo a que se possa pronunciar

relativamente ao pedido efetuado pelo Demandado, de acordo com o previsto no nº 3 do Art. 48º.

7.6. Apoio Judiciário

Dado que os Utentes estão a passar por uma situação que lhes está a trazer desconforto e possivelmente despesa, estes pretendem que a situação se regularize o mais rapidamente possível, através de uma justiça de menor custo que poderá acabar com os seus gastos relativamente ao conflito. Essa é uma das razões pelas quais recorrem aos Julgados de Paz, devido a ser uma justiça processual económica, com custos muito inferiores ao Tribunal Judicial.

No entanto, nem todos os Utentes têm possibilidades de pagar as custas judiciais, mesmo tendo estas um valor reduzido comparativamente ao Tribunal Judicial. Logo, tanto o Demandante como o Demandado podem requerer Apoio Judiciário⁴⁷, de acordo com o previsto no Art. 40º da LJP, de modo a ficarem isentos do pagamento de custas judiciais, através de um Requerimento de Proteção Jurídica. Este requerimento será efetuado na Segurança Social, tendo de ser entregue um comprovativo deste mesmo requerimento na Secretaria do Julgado de Paz.

Aquando do pedido de Apoio Judiciário, ocorre uma interrupção dos prazos até ao deferimento ou indeferimento do mesmo.

Caso o Demandado requeira Apoio Judiciário aquando da sua citação, terá de fazê-lo o mais celeremente possível, após a receção da mesma.

8. Fase Intermédia

8.1. A Pré-Mediação e a Mediação

⁴⁷ Regulado pela Lei nº 34/2004 de 29 de julho.

8.1.1- Os princípios da Mediação

Foi com a criação dos Julgados de Paz, aquando da Lei nº 78/2001, que a mediação foi institucionalizada como um meio de resolução alternativa de litígios implementada neste tribunal, como procedimento facultativo da tramitação processual, de acesso voluntário das partes. É igualmente possível aceder a sessões de Mediação num Julgado de Paz que não envolvam especificamente as competências abrangidas por este. Essa Mediação irá denominar-se de extra-competência e o acordo obtido entre as partes também será possível de executar, caso uma das partes não cumpra o estabelecido no mesmo.

A Mediação e os seus princípios estão dispostos no Art. 53º da LJP, assim como na Lei n.º 29/2013, de 19 de abril. Esta define, no seu Art. 2º, que Mediação se trata de uma “forma de resolução alternativa de litígios, realizada por entidades públicas ou privadas, através do qual duas ou mais partes em litígio procuram voluntariamente alcançar um acordo com assistência de um mediador de conflitos”.

No seu Capítulo II, Artigos 4º a 9º, descrevem-se os princípios da mediação: a voluntariedade, confidencialidade, igualdade e imparcialidade, independência, competência e responsabilidade e executoriedade.

A voluntariedade, indicada no Art 4º, prende-se com a vontade das partes de aceder à mediação como forma de resolver o litígio de forma mais rápida, e só com o aval das partes envolvidas é que se torna possível a Mediação.

A confidencialidade, presente no Art. 5º, é sem dúvida um dos princípios mais importantes, uma vez que o sigilo quanto à sessão de mediação coloca os Utentes mais confortáveis para expor a sua posição de forma mais clara, sem recear represálias. É igualmente importante ressaltar que tudo o que for dito na sessão de mediação não pode ser utilizado como prova em Audiência de Julgamento, nem o mediador pode ser chamado como testemunha no processo. No entanto, no nº3, estabelece que “O dever de confidencialidade sobre a informação respeitante ao conteúdo da mediação só pode cessar por razões de ordem pública, nomeadamente para assegurar a proteção do superior interesse da criança, quando esteja em causa a proteção da integridade física ou psíquica de qualquer pessoa, ou quando tal seja necessário para efeitos de aplicação ou execução do acordo obtido por via da mediação, na estrita medida do que, em concreto, se revelar necessário para a proteção dos referidos interesses.”

O Art. 6º define o princípio da igualdade e da imparcialidade. Este invoca que deve ser assegurada igualdade entre as partes, assim como o mediador deve auxiliar ambas as partes em atingir uma solução equitativa, em que ambas fiquem satisfeitas com a solução encontrada para a resolução do conflito entre elas, sem nunca preterir nenhuma das partes em favorecimento da outra.

O mediador trata-se de um prestador de serviços independente, sendo o próprio o responsável por gerir as suas sessões de mediação. No entanto não o poderá fazer regendo-se por interesses ou vontades próprias, tal como indicado no Art. 7º.

O mediador deverá igualmente possuir uma formação adequada, de modo a poder exercer a sua função. Para tal, o Art. 8º prevê que o mediador deverá participar em formações que garantam a sua aptidão para mediação, devendo estas ocorrer numa entidade formadora certificada pelo Ministério da Justiça.

Quanto ao Art. 9º, este supõe a executóriedade dos acordos elaborados em sede de Mediação. Nos Julgados de Paz este princípio torna-se crucial, devido à possibilidade de homologação dos acordos elaborados em sede de Mediação por parte do Juiz de Paz, fornecendo a esse mesmo acordo o valor de sentença proferida por Tribunal de Primeira Instância e passível de execução.

No entanto, de modo a que um acordo de mediação seja homologável, existem diversos critérios a cumprir, presentes no Art. 14º da LM. Deve-se verificar se o litígio entre as partes pode ser objeto de mediação, se as partes têm capacidade para celebração de um acordo entre si, se o acordo elaborado respeita os princípios gerais de direito, se respeita a boa-fé, se não constitui um abuso de direito e se o conteúdo do acordo não viola a ordem pública.

8.1.2 – A Pré-Mediação

A Pré-Mediação, presente no Art. 49º da LJP, é marcada e realizada em qualquer processo instaurado no Julgado de Paz em que as partes não tenham recusado esta fase processual, podendo ser recusada por estas a qualquer momento, de acordo com o estabelecido no Art. 55º da LJP. Trata-se de uma tentativa de resolução do conflito entre as partes, por

mútuo acordo, em que ambas se podem expressar livremente perante um mediador imparcial e evitar levar o conflito a Audiência de Julgamento.

Aquando da instauração do processo, o Demandante poderá escolher um mediador para efetuar a pré-mediação e mediação. Caso o Demandante não demonstre qualquer preferência, este será escolhido através de uma listagem disponível na Secretaria do Julgado de Paz, respeitando a rotatividade e a disponibilidade dos mesmos.

Os objetivos da Pré-Mediação encontram-se plasmados no Art. 50º da LJP. No decorrer da pré-mediação, o mediador deverá explicar às partes no que consiste a mediação, os seus princípios, e especialmente a importância da confidencialidade na mediação. Ao longo da pré-mediação, as partes têm oportunidade de conversar um pouco acerca do conflito que as divide, sendo muitas vezes perceptível pela sua posição a sua disposição para avançar para a fase de mediação.

As partes podem decidir não avançar para a fase de Mediação e nesse caso o Mediador irá preencher um formulário, no qual registam a presença das partes, dando conta que não pretenderam prosseguir para Mediação. Após receber essa informação, o processo seguirá para marcação de Audiência de Julgamento por parte do Juiz de Paz.

No entanto, caso as partes se encontrem disponíveis para avançar para a fase de mediação e tentar chegar a um acordo que seja favorável para ambas, ao contrário do que antes se encontrava estabelecido no Art. 50º nº4 da Lei nº 78/2001, revogado pela Lei nº 54/2013, que indicava que o mediador da fase de pré-mediação não poderia ser o mesmo mediador da fase de mediação, o mediador que se encontra presente na fase de Pré-Mediação poderá iniciar imediatamente a sessão de mediação, caso tal seja favorável para si, para as partes e para o horário de funcionamento do Tribunal.

8.1.3- A Mediação

Após o consentimento de ambas as partes na sessão de pré-mediação, existindo disponibilidade destas, do mediador e do Tribunal, irá iniciar-se a fase de mediação.

Normalmente, os Utentes recorrem ao Julgado de Paz e à mediação, para ter um acordo por escrito e homologado com valor de sentença, de modo a exercer uma obrigação legal

sobre o outro, acabando por criar um compromisso entre ambos, que cessará o conflito que os separa.

Na Mediação, o mediador não pode sugerir uma solução para o problema. Trata-se de uma tentativa para que as partes sugiram propostas para o resolver, tendo de estar abertas à opinião do outro. Então, o Demandante e o Demandado irão expor claramente as suas posições em relação ao conflito, assim como determinar pontos-chave que desejam ver previstos no acordo final, caso estes sejam aceites pela outra parte. O acordo de mediação deverá refletir fundamentalmente os desejos de ambas as partes, de modo a que estas o considerem satisfatório, e passível de ser cumprido.

É importante ressaltar que acordos elaborados em sede de mediação que envolvam pagamento, têm de incluir o quando e como os pagamentos vão ser efetuados, assim como o Número de Identificação Bancária (NIB) para o qual vai ser efetuado o pagamento.

Na redação do acordo têm de ser colocados os dados de ambas as partes (nome completo, número de cartão de cidadão, e principalmente o Número de Identificação Fiscal), porque em caso de incumprimento do acordo, e uma das partes deseje recorrer num Tribunal de Primeira Instância, facilitará a execução por parte do Ministério Público.

No acordo também tem de constar que as partes submetem o acordo a homologação.

Após a redação do acordo, este será impresso e fornecido ao Juiz de Paz para análise. As partes envolvidas no processo serão então chamadas à Sala de Audiências, onde o acordo será lido pelo Juiz de Paz e Homologado por este.

Ao longo da Audiência com as partes, a Técnica irá redigir uma Ata de Homologação de acordo, que contém: a data, a hora, o local onde ocorreu a homologação, as partes envolvidas no processo, a intervenção do Juiz de Paz a congratular as partes por terem chegado a acordo, a leitura do acordo em voz alta por parte do Juiz de Paz e a sentença que garante a validade do acordo e as custas do processo.

O acordo passará a ter valor de sentença de Tribunal de Primeira Instância e será dotada de executoriedade, existindo consequências em caso de incumprimento.

De modo a premiar a resolução do conflito na fase de mediação, serão devolvidos € 10 a cada uma das partes, ficando o custo total do processo em € 50, de acordo com o exposto no Art 7º da Portaria nº 1456/2001 de 28 de dezembro, alterada pela portaria nº 209/2005 de 24 de fevereiro.

9. Fase de Julgamento

A Fase de Julgamento é regulada pelos Artigos 57º a 60º da LJP.

De acordo com a tramitação processual, a fase de julgamento ocorre:

- Diretamente a seguir à contestação, caso esta afaste a possibilidade de mediação.
- Em caso de tentativa frustrada de acordo em sede de mediação.
- Após citação e o Demandado não conteste a ação no prazo legal.
- Após nomeação e citação de Defensor Oficioso em caso de Demandado Ausente.

9.1. A Audição das partes

Após terem sido notificadas para comparecer em Audiência de Julgamento, as partes envolvidas no processo e respetivos mandatários e testemunhas (caso existam), comparecem no Julgado de Paz. Caso as partes tragam consigo testemunhas relevantes para o processo, será da responsabilidade da Secretaria recolher os seus dados pessoais: Nome Completo, Morada, Profissão e Relação com o Demandado ou com o Demandante; assim como deverá ser tirada uma fotocópia do seu cartão de cidadão, inserindo-os nos formulários específicos para as testemunhas da parte Demandante ou Demandada.

Os dados das testemunhas deverão ser tirados à chegada das mesmas, dado que o Julgado de Paz não notifica as testemunhas, apesar de poder ter conhecimento dos seus dados pessoais até ao dia da Audiência de Julgamento, caso tal tenha sido indicado aquando da Contestação (normalmente as grandes empresas indicam as suas testemunhas na Contestação).

Será efetuada uma cópia das folhas com os dados das testemunhas para colocar na mesa do Técnico que vai assistir ao Julgamento, de modo a que este possa chamar as testemunhas de maneira mais célere, assim como possa introduzir o seu nome na Ata de Julgamento. Os documentos originais dos dados das testemunhas permanecerão ao lado do Juiz de Paz ao longo do Julgamento, de modo a que este possa verificar a veracidade dos mesmos.

Durante a Audiência de Julgamento encontram-se presentes na Sala de Audiências, além das partes (e mandatários caso existam), o Meritíssimo Juiz de Paz e a Técnica responsável pela elaboração da Ata e pela redação de Acordos em Sede de Conciliação.

As partes e respectivos mandatários são chamadas a entrar na Sala de Audiências, sendo as testemunhas apenas chamadas aquando da realização da prova testemunhal.

A comparência das partes é obrigatória na Audiência de Julgamento. No entanto, quem se encontrar no estrangeiro tem de se fazer representar por mandatário com poderes especiais, dado que a LJP, no seu Art. 38º nº1, implica a comparência pessoal, com possibilidade de acompanhamento por advogado, advogado estagiário ou solicitador. O Mandatário com Poderes Especiais poderá transigir, negociar, pode fazer acordos e interrogar testemunhas, de acordo com o previsto na Procuração, mas não poderá fazer Declarações de Parte.

O Art. 38º nº2 da LJP invoca a obrigatoriedade da constituição de mandatário quando a parte seja analfabeta, desconhecadora da língua portuguesa ou se por qualquer motivo se encontrar em manifesta inferioridade perante a outra parte, sendo a necessidade de assistência apreciada pelo Juiz de Paz.

Quando há representação por Patrono Oficioso, que não tem poderes especiais, a parte que este representa tem de estar sempre presente na Audiência de Julgamento.

Quando uma das partes não comparece à Audiência de Julgamento, e não seja entregue no Julgado de Paz justificação à falta no prazo de 3 dias, ou caso justifique a falta e: falte à Audiência de Julgamento novamente ou a sua justificação não seja aceite pelo Juiz de Paz, haverá consequências cominatórias, presentes no Art. 58º da LJP, e reiteradas pelo nº4 do mesmo artigo. Caso se trate do Demandante, segundo o nº1, considera-se a falta à Audiência como desistência do pedido efetuado no Requerimento Inicial. No entanto, como previsto no nº2, caso ocorra a não comparência do Demandado, consideram-se confessados os factos articulados pelo Demandante no Requerimento Inicial.

No início da Audiência de Julgamento, caso o Juiz de Paz considere necessário, poderá requerer o aperfeiçoamento do Requerimento Inicial, que o Demandante poderá fazer oralmente, conforme previsto no Art. 43º nº5 da LJP.

9.2. A Conciliação

A tentativa de Conciliação, embora seja um componente obrigatório da Audiência de Julgamento, que antecede ao julgamento propriamente dito apesar de fazer parte da Audiência, depende das partes.

A Conciliação pode ocorrer quando a parte não se faz representar por mandatário, pode ocorrer quando a parte se faz representar por mandatário ou Patrono Oficioso, mas não tem lugar quando a parte é ausente e está representada por um Defensor Oficioso.

Durante a Conciliação, ao contrário do que acontece na mediação, onde o Mediador não pode dar um parecer quanto às soluções possíveis para terminar o conflito entre as partes, o Juiz de Paz pode fornecer esse parecer, dando a sua opinião quanto a soluções possíveis para que as partes consigam um acordo benéfico para ambas em sede de Conciliação.

O Juiz de Paz tenta que as partes se encontrem cientes das opções que as partes dispõem para terminar o conflito entre si, invocando a importância da pacificação dos conflitos.

Quando existe acordo em sede de Conciliação, as partes ou os respectivos mandatários, caso existam, ditam as cláusulas do acordo a que chegaram. A Técnica presente em Audiência de Julgamento escreve exatamente o que lhe é ditado, de modo a que o acordo fique redigido o mais celeremente possível, sendo o acordo impresso e fornecido as partes para que estas o possam rever e assinar. No acordo deverá igualmente constar a quem caberá o pagamento das custas processuais. Às partes será fornecida uma cópia do acordo a que chegaram em sede de Conciliação, e o original constará no processo.

9.3. A Produção de Prova

Caso seja frustrada a tentativa de conciliação, irá iniciar-se a produção de prova, prevista no Art. 59º da LJP, onde se inicia o Julgamento propriamente dito.

A prova trata-se de algo bastante importante, pois até quando se trata de Demandado ausente, o Demandante tem de fazer prova de todos os factos apresentados no Requerimento Inicial, mesmo que o Defensor Oficioso nomeado para representação do Demandado Ausente não conteste.

Caso seja requerido que Declarações de Parte contem como prova, tal terá de ser aprovado pelo Juiz de Paz. Ao nível das declarações, por força do Art. 63º da LJP e do Art. 466º do CPC, deve ser esclarecido que caso sejam feitas pelo Demandante denominam-se Declarações de Parte, sendo que ao ser proferidas pelo Demandado, previsto pelo Art. 63º da LJP e Art. 452º do CPC, denominar-se-á de Depoimento de Parte, contando como confissão o que estes assumirem em relação à ação proposta contra si, sendo o Depoimento de Parte sempre ouvido primeiro.

Poderá também existir Prova Pericial. Em caso de tal ser necessário, o Julgado de Paz deverá remeter os autos ao Tribunal de Primeira Instância, de modo a que este possa requerer a prova pericial e produzir a prova necessária. Terminada a prova pericial, o processo deverá ser novamente remetido para o Julgado de Paz para marcação de Audiência de Julgamento, conforme previsto no nº3 e nº4 do Art. 59º.

A junção de provas documentais pode ocorrer até ao início da Audiência, tendo esta de ser requerida ao Juiz de Paz e este terá de proferir um despacho oral, revelando se acede ou não ao pedido de junção de documentos, que será transcrito para a Ata de Julgamento. Caso a decisão seja favorável à junção, será concedido prazo de vista para contraditório (caso tal não seja prescindido), ocorrendo depois uma remarcação da Audiência de Julgamento de modo a que a parte que desconhece os documentos possa exercer o seu contraditório em prazo razoável.

Quanto à prova testemunhal, esta é apresentada pelas testemunhas trazidas pelas partes à Audiência de Julgamento. No momento propício para a audição das testemunhas, o Técnico presente em Audiência de Julgamento chamará a testemunha à Sala de Audiências. Após a sua chegada, a testemunha deve permanecer de pé em frente ao Juiz de Paz, enquanto este confirma a sua identificação, e deve prestar juramento. Devem ser inquiridas primeiramente as testemunhas do Demandante, de acordo com a listagem estabelecida inicialmente aquando da recolha dos dados, e só após estas terminarem o seu testemunho serão chamadas as testemunhas do Demandado. A testemunha será inquirida primeiramente pela parte da qual é testemunha, secundamente pela parte contrária e finalmente pelo Juiz de Paz, caso o entenda necessário.

9.4 – A Sentença e a Leitura de Sentença

9.4.1 - A Sentença

9.4.1.1- Sentença em Fase de Julgamento

A Sentença e o seu valor indicam-se previstos nos Art. 60º e 61º da LJP.

De acordo com o indicado no Art. 60º, a sentença escrita pelo Juiz de Paz deverá conter: a identificação das partes envolvidas no processo, o objeto do litígio (e a alínea em que se inclui de acordo com as competências do Julgado de Paz), fundamentação da matéria de facto, a decisão do Juiz, o local e data em que a sentença foi proferida e a identificação e assinatura do Juiz de Paz que proferiu a Sentença.

A Sentença proferida pelo Juiz de Paz terá o valor de sentença proferida por Tribunal de Primeira Instância, de acordo com o estabelecido no Art. 61º da LJP

9.4.1.2. Sentença em casos de Acordo Extrajudicial

Quando a Secretaria do Julgado de Paz dá entrada a um Acordo Extrajudicial, é elaborada uma conclusão ao Juiz de Paz de modo a que este possa elaborar a Sentença sobre o mesmo.

De modo a que o Juiz de Paz possa formular uma decisão, este deverá observar a aplicação da lei, verificar se o Julgado de Paz tem competência quanto à ação, e deverá igualmente averiguar se é possível na natureza disponível dos direitos e se as partes têm legitimidade para fazer o acordo.

Essa Sentença deverá conter: a Identificação das partes, o objeto do litígio e alínea que demonstra a competência do Julgado de Paz, data em que juntaram o acordo, e felicitação das partes por terem chegado a um acordo por via extrajudicial.

Na maioria dos casos as partes não se deslocam ao Julgado de Paz para ser lida a sentença, sendo notificados da mesma por via postal simples.

9.4.1.3. Sentença em caso de inutilidade superveniente da lide

A inutilidade superveniente da lide dá-se quando o Demandado, após ter sido devidamente citado do Requerimento Inicial, satisfaz o pedido efetuado pelo Demandante. Então, é entregue ou enviado um Requerimento de extinção da instância por inutilidade superveniente da lide, para o Julgado de Paz, por parte do Demandante. Em anexo ao Requerimento deverá constar prova de como o Demandado satisfaz o seu pedido. A Secretaria deverá elaborar uma conclusão ao Juiz de Paz desse mesmo requerimento, para que o Juiz de Paz se pronuncie quanto ao mesmo. O Juiz de Paz declara extinta a instância e sentenciar o pagamento das custas, podendo estas ser declaradas a suportar por ambas as partes em partes iguais ou apenas a uma das partes, dependendo da ação.

9.4.2. A Leitura de Sentença

Normalmente, de modo a fornecer algum tempo ao Juiz para proferir uma sentença adequada, pois nem todas as ações têm uma solução simples e possível de sentenciar através de modo equitativo (apesar do explicitado no Art. 60º, nº2 da LJP que indica que a sentença deverá ser lida às partes antes do encerramento da Audiência de Julgamento), será marcada a leitura de sentença para outra data, sendo essa leitura considerada também uma continuação da Audiência de Julgamento, de modo a cumprir o exposto na lei, mas fornecendo mais tempo ao Juiz para elaborar uma sentença mais precisa.

Para tal, o Juiz de Paz proferirá um despacho de suspensão na primeira Audiência de Julgamento, que estará redigido na Ata de Julgamento, a suspender a Audiência até ao dia em que irá ocorrer a Leitura de Sentença.

Existem casos particulares, em que por exemplo o Demandado é ausente, então a Sentença proferida pelo Juiz de Paz terá de ser notificada ao Ministério Público, no cumprimento do disposto no nº3 do Art. 60º da LJP.

No entanto, o prazo para o envio dessa notificação diverge entre os Juízes de Paz, dado que alguns requerem que esta seja enviada para o Ministério Público no mesmo dia em

que é notificada às partes, enquanto outros acreditam que esta notificação de sentença deverá ser apenas efetuada após trânsito.

Para evitar uma nova deslocação ao Julgado de Paz, por vezes as partes requerem a notificação via postal simples da Sentença proferida pelo Juiz de Paz, sendo enviado um ofício de Notificação de Sentença e Reembolso, Notificação de Sentença e Pagamento de Custas e Notificação de Sentença, com a indicação se a parte deverá ser reembolsada, se deverá pagar custas processuais ou se as custas se encontram pagas, respetivamente. Caso exista custas a pagar o processo ficará a aguardar o pagamento das mesmas, e após estas se encontrarem pagas, irá aguardar o prazo de trânsito em julgado até ser arquivado.

9.5. O Recurso

O Julgado de Paz não tem poder executivo de modo a que possa executar as suas próprias sentenças, tendo o processo de ser remetido para o Tribunal Judicial caso uma parte envolvida no processo deseje recorrer da sentença. Como tal, para recorrer de uma sentença proferida no Julgado de Paz, será obrigatório constituir um advogado, caso a parte se tenha feito representar na Audiência de Julgamento e nunca tenha constituído Mandatário, pois a constituição de mandatário é obrigatória no Tribunal Judicial.

Apenas será possível recorrer da decisão do Juiz de Paz em ações cujo valor exceda metade do valor da alçada do Tribunal de Primeira Instância (€ 5.000), conforme estabelecido no Art. 62º nº1 da LJP.

9.6. As custas processuais

As custas processuais no Julgado de Paz encontram-se reguladas pela Portaria nº 1456/2001 de 28 de dezembro, alterada pela portaria nº 209/2005 de 24 de fevereiro.

No seu Art 1º, entende-se que a taxa única por processo deverá ser de € 70. O Demandante aquando da entrada do processo deverá pagar € 35 correspondente à entrega inicial. O Demandado, ao aceitar a sessão de pré-mediação ou ao proceder à Contestação deverá pagar também € 35, nos termos do disposto no Art. 5º da Portaria.

Segundo o previsto no Art. 6º, caso o Demandado não efetue o pagamento no tempo previsto para o mesmo, deverá incorrer numa sobretaxa de € 5 por cada dia de atraso no pagamento. O montante não poderá, no entanto, exceder € 70.

Após homologação de acordo em sede de mediação, deverão ser devolvidos € 10 a cada uma das partes.⁴⁸

Após sentença em sede de Audiência de Julgamento, o Juiz (salvo em casos excepcionais) condenará a parte vencida ao pagamento de € 35, e decretará o reembolso à parte vencedora de € 35⁴⁹.

Caso o pagamento pela parte vencida não seja efetuado imediatamente ou no tempo previsto, será aplicada uma sobretaxa de € 10 por cada dia de atraso, podendo o montante atingir, no máximo, € 140⁵⁰.

Findo o prazo para pagamento das custas, a secretaria elabora a respetiva conta de custas final, com a qual notifica a parte devedora para que esta tenha conhecimento do novo montante em dívida, correspondente ao atraso do pagamento, de acordo com o exposto no Art. 10º da Portaria nº 1456/2001 de 28 de dezembro. No entanto, poderá ocorrer que mesmo após esse depósito a parte continue sem efetuar o pagamento das custas da sua responsabilidade.

Recentemente, no âmbito do Art. 5º da Lei nº 27/2019 de 28 de março, ocorreram algumas alterações no âmbito do Regulamento de Custas Processuais⁵¹, especialmente no seu Art. 35º, relativamente à execução.

Anteriormente, no DL nº 34/2008, de 26 de fevereiro, previa que seria da responsabilidade do Ministério Público proceder às execuções, conforme constava do seu Art. 35º nº1, que impunha que: "Não tendo sido possível obter-se o pagamento das custas, multas e outras quantias cobradas (...), é entregue certidão da liquidação da conta de custas ao Ministério público, para efeitos executivos, quando se conclua pela existência de bens penhoráveis." No entanto, a Lei nº 27/2019 de 28 de março atribui a competência à ATA para a execução fiscal, constando atualmente no nº1 do Art. 35º que "Compete à administração tributária, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário, promover em execução

⁴⁸ Art 7º da Portaria nº 1456/2001 de 28 de dezembro, alterada pela portaria nº 209/2005 de 24 de fevereiro.

⁴⁹ Art 9º, Portaria nº 1456/2001 de 28 de dezembro, alterada pela portaria nº 209/2005 de 24 de fevereiro.

⁵⁰ Art 10º Portaria nº 1456/2001 de 28 de dezembro, alterada pela portaria nº 209/2005 de 24 de fevereiro.

⁵¹ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro

fiscal a cobrança coerciva das custas, multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial”.

Ao longo do Art. 5º da Lei nº 27/2019 de 28 de março, verifica-se também uma demonstração de inovação ao nível informático, dado que é definida a entrega à administração tributária da certidão de liquidação através de via eletrónica, assim como a decisão transitada em julgado, quando anteriormente, relativamente às execuções por parte do Ministério Público, tal teria de ser entregue formato físico.

Quanto à aplicabilidade, explicitada no Art. 35º, nº4, do Regulamento de Custas Processuais, estabelece a atualização presente no Art. 5º da Lei nº 27/2019 de 28 de março que: “A execução por custas de parte processa-se nos termos previstos nos números anteriores quando a parte vencedora seja a Administração Pública, ou quando lhe tiver sido concedido apoio judiciário na modalidade de dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo”.

Conforme plasmado no Art. 9º da Lei supramencionada, que estabelece a norma transitória, tal enuncia que até à entrada em vigor das portarias indicadas no Art. 35º, para entrega da certidão de liquidação por via eletrónica, a entrega das certidões de liquidação deverá ser efetuada através da plataforma eletrónica da ATA ou em suporte físico.

O pagamento das custas processuais pode ser efetuado através de numerário, diretamente no Julgado de Paz, ou através de cheque, TPA ou Transferência Bancária.

Capítulo II - A Componente Prática dos Julgados de Paz

Ao longo deste capítulo irão ser descritas algumas observações efetuadas aquando do estágio no Julgado de Paz de Bombarral, sede do Oeste.

Para além da apresentação às instalações e às Juízas de Paz, a Dra. Luísa Ferreira Saraiva (Juíza de Paz Coordenadora do Julgado de Paz de Bombarral) e a Dra. Elena Burgoa (que se encontrava em substituição da Dra. Joana Sampaio), à Técnica de Atendimento, Dra. Luzia Marques e à Técnica de Apoio Administrativo, D. Cristina Teixeira, foram transmitidos os princípios dos Julgados de Paz, assim como as suas competências.

Foi também demonstrado onde se encontram os processos dependendo da fase em que se encontram, de modo a que fosse mais fácil entrar em contacto com os mesmos.

Conforme explicitado no plano inicial de estágio, os objetivos orientadores do estágio seriam maioritariamente: compreender o modo de funcionamento dos Julgados de Paz de Bombarral enquanto Julgado de Paz e enquanto Sede do Oeste, especialmente sendo o primeiro Julgado de Paz de cariz Intermunicipal; adquirir noções específicas no âmbito de cada uma das secções específicas dentro do Julgado de Paz (Apoio Administrativo, Técnico Administrativo e no âmbito dos Julgamentos e da função de Juíza de Paz).

1. Apoio Administrativo

O Apoio Administrativo trata-se da primeira componente da secretaria dos Julgados de Paz.

Sendo a primeira área de trabalho explorada por mim ao longo do Estágio Curricular, foi claro para mim enquanto estagiária que as tarefas que são esperadas de uma Técnica de Apoio Administrativo são bastante vastas. Tais actividades serão detalhadas ao longo deste ponto, de modo a que se possa compreender a extrema importância deste serviço pertencente ao Julgado de Paz.

1.1 A importância do local

Ao contrário do que se pode pensar, o local onde se encontra o Apoio Administrativo é crucial, não só para o ritmo de trabalho dos Julgados de Paz, no qual impera a celeridade, mas também para melhor servir os Utentes do Julgado de Paz.

No Julgado de Paz do Oeste, sede de Bombarral, onde me foi possível efectuar estas observações, o Apoio Administrativo encontra-se à entrada do Julgado de Paz. Tal permite que os Utentes, ao entrar no Julgado de Paz, possam ser imediatamente dirigidos para qualquer auxílio que necessitem.

O Apoio Administrativo tem também um papel crucial na correspondência do Julgado de Paz, dado que é a Técnica do Apoio Administrativo que deve tratar da receção, do envio e do registo de toda a correspondência relativa ao Julgado de Paz. É também da sua responsabilidade dar entrada às ações recebidas por via postal, seja por parte de mandatários, partes ou até mesmo de delegações com competência limitada à receção de Requerimentos.

1.2. A importância do Apoio Administrativo para a Contabilidade no Julgado de Paz

Após o início do horário de funcionamento do Julgado de Paz, deve ser ligado o Terminal de Pagamento Automático (adiante TPA). Este Terminal permite que os utentes possam usufruir de formas mais fáceis e rápidas de pagamento de taxas processuais, através de cartão de débito, sem implicar uma obrigação para o Utente de trazer dinheiro consigo para o pagamento das mesmas. Para além das razões enumeradas anteriormente, o TPA evita que sejam entregues nos Julgados de Paz cheques sem cobertura ou expirados (razão pela qual quando é entregue um cheque para pagamento no Julgado de Paz a primeira coisa a fazer será atestar a data de validade do mesmo), o que pode gerar problemas no Controlo Contabilístico do mês em questão.

O Controlo de TPA deve ser feito diariamente, sendo retirado o primeiro recibo que é fornecido com a ativação do TPA aquando da abertura do Julgado de Paz pela manhã e sendo igualmente retirado um segundo recibo quando o TPA é desativado, quando finda o horário de funcionamento do Julgado de Paz. Ambos os comprovativos são colocados num dossier para controlo, sendo esse controlo enviado semanalmente para a contabilidade da Direção Geral Política de Justiça, de modo a atestar a regularidade da contabilidade do Julgado de Paz.

É também a funcionária do Apoio Administrativo que lida com os pedidos de reembolso da taxa inicial e com as devoluções em caso de acordo em sede de Mediação. Quanto ao reembolso, este pode ser efetuado através de numerário, no entanto, na maioria das vezes os Utentes preferem ser reembolsados através de transferência bancária, de modo a evitar uma nova deslocação ao Julgado de Paz. Relativamente às devoluções, dado que estas

ocorrem após a homologação do acordo pelo Juiz de Paz, estas são imediatamente efetuadas em numerário na presença das partes.

No entanto, de modo a poder ser efetuado um reembolso por transferência bancária, existem diversas medidas específicas a cumprir. Tal sucede devido ao facto de que não existe uma conta bancária específica para cada Julgado de Paz, tendo os pagamentos de ser efetuados através da conta bancária pertencente à Direção Geral da Política de Justiça. Em caso de necessidade de reembolso através de transferência bancária, caso o pedido de reembolso seja autorizado pelo Juiz de Paz, deverá ser efetuado um pedido de reembolso através da DGPIJ pela Secretaria do Julgado de Paz. Deverá ser preenchido um formulário disponível para o efeito, com todas as informações relativas a quem pediu o reembolso, que deve ser impresso, digitalizado e enviado por correio eletrónico para a DGPIJ, assim como devem igualmente ser digitalizadas e enviadas, no mesmo ficheiro: a sentença proferida pelo Juiz de Paz, a notificação da sentença, o comprovativo de pagamento de taxa inicial e o recibo desse mesmo pagamento, o pedido de reembolso através de transferência e o despacho do Juiz de Paz a autorizar o reembolso.

É também na secretaria do Apoio Administrativo que se encontram presentes os dossiers de recibos e comprovativos relativos a todo o tipo de taxas processuais, tais como: pagamento de entrada de processos no Julgado de Paz, pagamento de devoluções caso ocorra um acordo em sede de mediação, pagamentos da segunda parcela da parte vencida num processo, e reembolso da quantia inicial à parte vencedora num processo findo no Julgado de Paz.

A organização deste tipo de sistema de controlo contabilístico por parte da Técnica de Apoio Administrativo irá facilitar a emissão do Controlo Contabilístico, o que será explicado adiante em maior detalhe.

1.3. Os Ofícios elaborados pelo Apoio Administrativo

Tratando-se o Apoio Administrativo do local onde se efetuam parte das conclusões, assim como das notificações, estas encontram-se divididas em minutas, estando sempre disponíveis para utilização eficaz das mesmas. Os ofícios mais utilizados são os seguintes:

1.3.1. As Conclusões

As Conclusões são elaboradas quando uma das partes envolvidas no processo, ou um mandatário envolvido no processo, faz um requerimento, uma junção de documentos ou faz chegar uma informação ao processo em curso.

A finalidade das Conclusões na tramitação processual é que a Juíza de Paz responsável pelo processo ao qual foi adicionado um novo requerimento ou informação elabore um despacho no qual irá decidir a legitimidade do requerimento, do documento ou da informação fornecida, assim como a qual das partes tal requerimento ou informação irá ser notificado.

1.3.2. As notificações

As notificações são, em si mesmas, uma comunicação de um acto judicial, com um grau de formalidade bastante diferente da citação. É de responsabilidade da Secretaria do Julgado de Paz enviar as seguintes notificações:

1.3.2.1. Notificação de Despacho

As notificações de Despacho advêm de Despachos proferidos pelas Meritíssimas Juízas de Paz. Serão então tiradas cópias desses mesmos despachos pela Secretaria do Julgado de Paz, assim como preenchido um ofício que será notificado às partes indicadas no despacho, dado que nem todos os despachos são enviados para todas as partes envolvidas no processo. Caso seja necessário que as partes se pronunciem sobre o mesmo, será indicado um prazo específico para tal, que constará no ofício a enviar.

1.3.2.2. Notificação de Documentos

A Notificação de documentos ocorre quando a parte demandante ou a parte demandada no processo requerem a junção de documentos ao processo em curso, que são enviados para o Julgado de Paz de modo a que a Meritíssima Juíza de Paz se possa pronunciar favoravelmente ou desfavoravelmente em relação à sua junção. Caso o parecer seja favorável, os documentos juntos ao processo em curso serão notificados à parte contrária, de modo a que esta possa ter acesso aos mesmos e pronunciar-se caso assim o desejem.

1.3.2.3. Notificação para Audiência de Julgamento

As notificações enviadas para as partes e para os seus ilustres mandatários advêm igualmente de um Despacho proferido pelas Meritíssimas Juízas de Paz. As notificações, efectuadas através de um ofício, devem incluir a data e a hora designadas para a Audiência, assim como uma cópia do despacho proferido, de modo a atestar a veracidade do ofício enviado pela Secretaria.

As notificações para Audiência de Julgamento, apesar de ambas indicarem a importância da comparência pessoal das partes em Audiência de Julgamento, assim como que poderão fazer-se acompanhar por advogado, de acordo com o Art. 38º da LJP, diferem consoante seja a parte demandante ou demandada no processo, devido à questão dos efeitos das faltas, conforme Art. 58º da LJP.

A notificação enviada para o Demandante refere que: “Mais se adverte que a falta de comparência dos Demandantes e a não justificação da falta no prazo de 3 dias, não são motivos de adiamento da Audiência, considerando-se tal falta como desistência do pedido nos termos do nº1 do Art. 58º da LJP” , e a notificação para o Demandado refere que “Mais se adverte que a falta de comparência dos Demandados e a não justificação da falta no prazo de 3 dias, não são motivos de adiamento da Audiência, considerando-se confessados os factos articulados pelo demandante, nos termos do nº2 do Art. 58º da LJP”.

Quanto às Notificações de Audiência de Julgamento para Mandatários, Defensores Oficiosos e Patronos Oficiosos, estas não incluem os efeitos das faltas, apenas a indicação

de que de acordo com o Art. 59º da LJP podem apresentar-se todos os meios de prova até à Audiência, incluindo 5 testemunhas que cabem à parte apresentar no dia da Audiência.

1.3.2.4. Notificações de Sentença e Reembolso e de Sentença e de Pagamento de Custas

No âmbito das notificações de Sentença proferida por Juiz de Paz, estas são normalmente divididas em três tipos de notificações: a Notificação de Sentença e Reembolso, a Notificação de Sentença e de Pagamento de Custas e a Notificação de Sentença, dependendo da decisão acerca das custas processuais. Normalmente a Notificação de Sentença é utilizada apenas quando as custas processuais são decididas a cargo de ambas as partes e já se encontram pagas.

1.4. Atividades Realizadas no âmbito do Apoio Administrativo

Apesar de segundo o plano de estágio, estar atribuída a investigação e participação no âmbito do Apoio Administrativo apenas no 1º e 2º mês de estágio, tornou-se necessário estabelecer essa mesma participação ao longo dos 4 meses de estágio. Tal ocorreu principalmente devido a tratar-se de uma Sede, que tramita processos de 8 delegações, incluindo a sede, existindo um grande fluxo de diligências necessárias aquando do Apoio Administrativo, na qual tive a oportunidade de poder auxiliar.

Sempre supervisionada pela Técnica de Apoio Administrativo, procedi ao auxílio na expedição de correio diário (de modo a garantir que os utentes recebessem os ofícios necessários o mais celeremente possível), assim como à organização dos registos do envio do mesmo na manhã seguinte, de modo a que pudessem sempre constar nos processos para posterior seguimento através do website do CTT.

Procedi igualmente a Notificações de Sentença de Homologação de Acordo efetuado em sede de Mediação, para as partes envolvidas no processo, devido a impossibilidade de homologação presencial; ofícios de pedidos de informação para processos em curso no Julgado de Paz à Autoridade Tributária e Aduaneira e ao Instituto de Segurança Social,

atendimento supervisionada via contacto telefónico para esclarecimento de dúvidas dos Utentes, Notificações para Audiência de Julgamento, receção de correio recebido via CTT, assim como recolha de dados de testemunhas para efeitos de Audiência de Julgamento.

Foi-me igualmente possível auxiliar em questões organizacionais como: cópia de Sentenças proferidas pelas Juízas de Paz para depósito e envio às partes envolvidas no processo, assim como aos ilustres mandatários das mesmas, arquivo de Provas de Depósito e Avisos de Receção nos processos correspondentes, de modo a que seja possível contar todos os prazos relativos ao processo e comprovar a receção das notificações e citações.

Procedi também ao aperfeiçoamento de minutas utilizadas pelo Julgado de Paz, para Notificações, Citações e Certificados de Presença.

2. A Técnica de Atendimento

A Técnica de Atendimento corresponde à segunda componente da Secretaria dos Julgados de Paz. Apesar de por vezes existirem funções e tarefas específicas para o Apoio Administrativo e para a Técnica de Atendimento, a verdade é que acaba por ocorrer uma complementaridade no decorrer do cumprimento das tarefas respeitantes ao Julgado de Paz, de modo a que toda a tramitação processual decorra com maior celeridade e eficiência.

2.1. O Atendimento ao Utente

Tal como o título indica, a principal função da Técnica de Atendimento será proceder ao atendimento do Utente, especialmente nas fases do Requerimento Inicial e da Contestação, sendo a responsável por reduzir a escrito tudo o que for necessário a partir do discurso do Utente.

Durante a entrada de Requerimentos Iniciais oralmente, serão explicados os princípios orientadores dos Julgados de Paz, assim como todos os pontos inerentes à tramitação

processual, de modo a que o Utente entenda todas as fases, podendo colocar dúvidas sempre que tal seja necessário. Será igualmente explicado ao Utente que este pode optar por não ter uma sessão de Pré-Mediação, não ocorrendo assim uma tentativa de mediação entre as partes, caso deseje que o processo siga automaticamente para Audiência de Julgamento.

A entrada do Requerimento Inicial deverá constar registada na aplicação informática do Julgado de Paz, após a revisão do formulário escrito pela Técnica ser aprovado pelo Utente como formulário de Requerimento Inicial. Na aplicação deverão constar as partes envolvidas no processo e os seus dados pessoais. A aplicação em si irá gerar outro formulário, que deverá ser impresso e assinado pelo utente sendo este formulário as folhas iniciais do processo que irá correr termos no Julgado de Paz.

A folha inicial, com os dados pessoais das partes, será impressa em duplicado e colocada como capa do processo.

Quando se trata de uma Contestação, a Técnica de Atendimento é responsável por incluir todos os dados necessários no formulário indicado para o efeito. Deverá reduzir o discurso do Utente em pontos chave, e ser o mais clara possível, podendo incluir referências a documentos a que o Utente se refira ao longo do seu discurso. Finalmente, a Técnica deverá ler o formulário ao Utente para que este verifique se tudo está conforme o que deseja, e de modo a que este possa adicionar qualquer coisa que considere importante constar na Contestação.

Normalmente os Utentes acabam por optar por tentar chegar a acordo em sede de Pré-Mediação, tendo sido raro observar o Demandante ou o Demandado prescindir à partida da Pré-Mediação.

2.2. Citações e Notificações

A Técnica de Atendimento é igualmente responsável por preparar as citações e notificações para as partes.

Sendo que a citação se trata do primeiro contacto que o Demandado tem com o processo que está a correr contra si, tal deverá ser enviado o mais celeremente possível. A citação

deverá ser acompanhada de cópia do Requerimento Inicial e dos documentos entregues pelo Demandante aquando da entrada do mesmo. A folha inicial com os dados pessoais das partes será impressa em duplicado e será colocada como capa do processo.

Em caso de devolução da Citação ao Julgado de Paz, deverá ser tida em conta a data agendada para a Pré-Mediação, devendo ser esta desmarcada com o Demandante se o envelope for devolvido numa data bastante próxima à marcada para a sessão de Pré-Mediação, pois a devolução significa que o Demandado, não estando citado, não irá comparecer à sessão de Pré-Mediação. O envelope devolvido deverá ser colocado no processo e deverá ser efetuada uma conclusão à Juíza de Paz, para que esta tome conhecimento da devolução.

Após Despacho pela Juíza de Paz, deverá ser contactado o Demandante de modo a verificar se este não possui qualquer outra morada de contacto. Caso a resposta seja negativa, irá ser proferido outro Despacho de modo a requerer informações sobre o Demandado ao Instituto de Segurança Social. Autoridade Tributária e Aduaneira e ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. Após a receção de nova morada poderá proceder-se à citação para a nova morada fornecida pelas Autoridades.

Nas Citações a Defensores Oficiosos, elaboradas na pessoa do Defensor Oficioso como representante do Demandado Ausente, ocorre um despacho da Juíza de Paz a solicitar à Ordem dos Advogados a nomeação de Defensor Oficioso, e o Defensor deverá ser citado com os mesmos documentos presentes numa citação dita normal, com o Requerimento Inicial e documentos anexos pelo Demandante. A citação de Defensor poderá ser efetuada pessoalmente, caso este se dirija ao Julgado de Paz, sendo utilizada uma minuta especial para o efeito, com um campo específico para a assinatura comprovativa da receção pessoal da citação e indicação da data em que o mesmo foi citado, de modo a dar início ao prazo para Contestação.

A Contestação, quando recebida pelo Julgado de Paz, deverá ser verificado o pagamento da Taxa de Justiça correspondente, assim como o prazo, de acordo com a dilação correspondente à Contestação por parte do Demandado. Caso a taxa de justiça não se encontre paga deverá entrar-se em contacto com o remetente, de modo a que este proceda ao pagamento da mesma. Em caso de atraso, serão aplicadas sobretaxas. A data da Contestação deverá igualmente constar na aplicação informática do Julgado de Paz, que

de acordo com a data em que foi indicada a ocorrência da Citação na mesma aplicação, verificará se a Contestação foi entregue a tempo, de acordo com os prazos previstos.

2.3. O Controlo de Mediadores

Devido ao serviço de Mediação não ocorrer numa base diária no Julgado de Paz, tem de ocorrer um controlo de Mediadores, não só para evitar que se repita a vinda recorrente de um mesmo mediador, mas também para verificar a existência ou não de acordos de mediação com um determinado mediador, de modo a assegurar o pagamento dos seus serviços.

A Técnica deverá marcar as sessões de Pré-Mediação na Aplicação Informática, sendo que apenas poderá marcar a Mediação após as partes decidirem que querem avançar para Mediação, a pedido do Mediador.

No caso específico do Julgado de Paz do Oeste, tem de ser realizado e enviado o Controlo de Mediadores que efetuam serviço de Pré-Mediação e Mediação no Julgado de Bombarral e nas Delegações que têm todas as valências de Sede: Arruda dos Vinhos, Lourinhã e Alenquer, sendo esse controlo efetuado mensalmente e sendo preferencialmente enviado até ao dia 15 do mês seguinte.

Na Sala de Mediações encontra-se um dossier onde os mediadores vão preenchendo os mapas de Pré-Mediação e Mediação de acordo com os serviços que prestam no Julgado de Paz.

O Controlo de Mediadores irá focar-se em dois mapas: o mapa das Pré-Mediações e mapa das Mediações, por esta ordem.

Este mapa deverá conter: o dia marcado para a ocorrência da Pré-Mediação, o número do processo, o CIM (número identificativo de mediador), e se a Pré-Mediação se realizou ou não. Para as mediações utiliza-se o mesmo formato.

A Juíza Coordenadora do Julgado de Paz do Oeste deverá ser sempre informada do Controlo de Mediadores.

2.4. O Controlo Contabilístico.

2.4.1. A Especificidade do Controlo Contabilístico na Sede do Oeste.

Dado que o Julgado de Paz do Oeste contempla 12 delegações, terá de existir um maior cuidado aquando do Controlo Contabilístico. Isto deriva da necessidade de cada Delegação, seja uma Delegação com todas as valências ou uma Delegação com competência limitada à receção de Requerimentos, enviar mensalmente o seu Resumo Contabilístico, assim como digitalizações dos recibos de cada mês específico relativos a essa mesma delegação.

O Resumo Contabilístico efetua-se do seguinte modo:

1 – Deverão ser inseridos os dados dos recibos: número do recibo, número do processo, o método de pagamento (TPA, Transferência, Cheque ou Numerário) e valor do pagamento. Se o valor do pagamento for diferente do que é considerado normal, tal terá de ser justificado na tabela Excel correspondente ao Controlo Contabilístico. No mesmo Excel são igualmente contabilizadas as Devoluções e Reembolsos. Com as devoluções faz-se o mesmo processo: número do recibo, número do processo e valor, justificando sempre quando o valor sai da norma.

Será efetuada uma comparação com as folhas de entrada e saída de dinheiro que constam no dossier da secretaria, de modo a evitar qualquer falha. Após verificar que os valores se encontram corretos, o Controlo Contabilístico será impresso e digitalizado, assim como os recibos de qualquer transação pertencentes à Sede. A digitalização efectuada será enviada para a seção de contabilidade da DGPIJ até ao dia 10 do mês seguinte.

2.5. A redação das Atas de Julgamento

O funcionário que coadjuva o Juiz de Paz durante a Audiência de Julgamento assina a Ata em conjunto com ele. No entanto, não pode ser qualquer funcionário a estar presente na Audiência e a redigir a Ata, tal situação depende do regulamento interno, pois a Lei Especial prevalece sobre a Lei Geral. Dado que a Técnica de Atendimento é responsável

por assistir aos Julgamentos, junto dos Juízes de Paz, é igualmente de sua função redigir as Atas de Julgamento

A Ata de Julgamento deverá abranger determinados elementos, tais como: data e local em que ocorreu a Audiência de Julgamento, que partes estão em causa no processo e se estas estão presentes na Audiência de Julgamento, explicitando quem está ausente na Audiência de Julgamento. Caso os mandatários das partes estejam presentes, tem de estar indicado em que páginas do processo em curso se encontram as Procurações relativas aos mesmos.

Deve igualmente constar na Ata tudo o que sirva como prova. Se existir Depoimento de Parte, e ocorrer confissão por parte do Demandado ou ocorrer uma confissão de dívida por parte do Demandado, tal terá de constar em Ata.

Deverá igualmente constar o nome da Juíza de Paz que presidiu a Audiência de Julgamento,

É imprescindível que qualquer requerimento ou documento junto aos autos em sede de Audiência de Julgamento seja mencionado na Ata. Os Mandatários das partes também podem ditar o que estes desejam que esteja refletido em Ata.

Conterá igualmente os Despachos proferidos pelo Juiz de Paz ao longo da Audiência, seja em resposta a requerimentos de junção de documentos, deferidos ou indeferidos nos termos do Art. 59º da LJP, ou de suspensão da audiência até leitura de sentença, face a necessidade de ponderação da prova. Após o despacho de adiamento ou suspensão deverá constar a data e as assinaturas da Técnica de Atendimento e da Juíza de Paz.

2.6. Atividades realizadas no âmbito do Serviço de Atendimento

No âmbito do serviço de Atendimento, que em Plano de Estágio estavam escalados para o 2º e 3º mês de Estágio, procedi à observação do atendimento ao Utente aquando da entrada de Requerimentos Iniciais e Contestações oralmente. Observei todas as metodologias correspondentes ao preenchimento do formulário de modo a que a passagem da oralidade à escrita fosse o mais célere e completa possível. Durante o Atendimento a Técnica de Atendimento deverá esclarecer o Utente o melhor possível,

nunca o interrompendo enquanto este está a contar a sua versão dos factos. Enquanto o Utente vai descrevendo a situação, a Técnica pode ir anotando os pontos fundamentais enunciados, que serão depois lidos ao Utente de modo a que este possa adicionar algo que se tenha esquecido.

Sempre supervisionada pela Técnica de Atendimento, elaborei uma Tabela de Mediações de modo a que o mediador indicado para um dia específico soubesse exatamente a que horas iriam ocorrer as sessões de pré-mediação marcadas. Observei uma citação pessoal, auxiliando no preenchimento da minuta indicada para o efeito. Procedi também ao envio de Notificações de Pré-Mediação para as partes e respetivos Patronos Oficiosos, nos quais constava o dia e hora da sessão de Pré-Mediação.

Auxiliei igualmente no Controlo de Mediadores e no Controlo Contabilístico, aquando da verificação e digitalização dos recibos, assim como da verificação da comparência dos mediadores e se ocorreu ou não acordo entre as partes.

3. A Mediação

Ao longo do Estágio, sempre que possível acompanhei as mediações que iam decorrendo no Julgado de Paz. No Julgado de Paz, dependendo da preferência do Mediador, as sessões de Pré-Mediação variam de 1 hora a 2 horas, de modo a que seja possível efetuar a Mediação caso as partes assim o desejem.

Durante a mediação, o Mediador tem diversos formulários a preencher, indicando se ambas as partes compareceram ou se uma das partes não compareceu. Caso ambas as partes envolvidas no processo compareçam à pré-mediação e à mediação, estes terão de assinar em conjunto com o Mediador um protocolo que indica que a sessão de Mediação se trata de algo confidencial e que o que for dito pelas partes em sede de Mediação não pode ser revelado ou utilizado como prova por estas. Durante a assistência às sessões, foi-me igualmente pedido para assinar esse protocolo de confidencialidade.

Durante a Pré-Mediação as partes podem seguir para a Mediação de modo a tentar chegar a acordo entre si, ou podem rejeitar a Mediação. Caso seja aceite, as partes procedem, com o auxílio do Mediador, à redação de um acordo, para homologação por parte da Juíza de Paz. Caso a Juíza de Paz se encontre em Julgamento, a Homologação será notificada

às partes por via Notificação Postal Simples o mais celeremente possível. Caso a Juíza de Paz se encontre de férias, a Homologação poderá ser efetuada por outra Juíza de Paz em serviço, a título de substituição e será homologado na presença das partes. Após a Homologação a Secretaria do Julgado de Paz deverá proceder à devolução de € 10 a cada uma das partes.

Caso uma das partes não compareça à Pré-Mediação, assim como em caso de as partes rejeitarem avançar para Mediação, tal deve ser imediatamente anotado no formulário específico para o efeito e comunicado à Técnica de Atendimento, de modo a que esta possa aguardar pela justificação da parte em falta, no prazo de 3 dias, ou caso tal não aconteça, fazer uma conclusão à Juíza de Paz para que esta proceda à marcação da Audiência de Julgamento.

4. As Juízas de Paz

As informações relativas aos Juizes de Paz encontram-se previstas nos Art. 23º a 29º da LJP e o Regulamento do exercício das funções de coordenação dos Julgados de Paz encontra-se previsto na Deliberação nº 33/2013 do Conselho dos Julgados de Paz.

Na tramitação processual do Julgado de Paz, as Juízas de Paz são responsáveis por proferir despachos relativamente às conclusões elaboradas pela Secretaria do Julgado de Paz, marcação de Audiências de Julgamento, homologação de acordos em sede de Mediação, e proferir decisões acerca das ações que chegam à Fase de Julgamento. As Juízas de Paz deverão igualmente ter especial atenção a situações em que considerem que o Julgado de Paz seja incompetente para tramitar e decidir sobre as ações, assim como assegurar o recurso das mesmas caso as partes assim o desejem.

As Juízas de Paz são igualmente responsáveis para, em caso de suspeição ou confirmação de casos de litispendência, (em que se repete uma causa quando ainda está uma anterior em curso, sendo idêntica relativamente às partes envolvidas no processo e no pedido efetuado pelo Demandante) proferir um despacho que demonstre claramente a litispendência e demonstrando que o Julgado de Paz não é competente para apreciar um pedido que já está a ser apreciado noutra ação, especialmente em casos em que ocorre participação criminal. Esta situação encontra-se diretamente relacionada com o Art. 9º,

nº2, que prevê que os Julgados de Paz apenas são competentes para apreciar pedidos de indenização cível quando não haja sido apresentada participação criminal.

A Juíza de Paz coordenadora terá a responsabilidade de coordenar os serviços do Julgado de Paz, assim como representar o mesmo. Deverá igualmente ser responsável por orientar os funcionários do Julgado de Paz de modo a assegurar o cumprimento dos seus deveres. Deverá também enviar os relatórios mensais do Julgado de Paz ao Conselho dos Julgados de Paz, até dia 15 do mês seguinte.

5. As Audiências de Julgamento

A preparação para a Audiência de Julgamento inicia-se pela recolha de dados pessoais das testemunhas de cada uma das partes envolvidas no processo, pela Secretaria do Julgado de Paz, o que me foi permitido observar e recolher pessoalmente, sempre supervisionada pela Técnica de Apoio Administrativo. A recolha de dados trata-se de um procedimento importante, pois dado que o Julgado de Paz não notifica as testemunhas para comparecer em Audiência de Julgamento, não existiria outro modo de obter os dados das mesmas.

Deverá igualmente ser verificado, sendo constituído mandatário, se a Procuração Forense se encontra presente no processo. Sempre que possível, antes de assistir a uma Audiência de Julgamento estudava o processo, de modo a perceber do que a ação em causa se tratava e de modo a poder tirar dúvidas com a Juíza de Paz, após a Audiência, sobre questões que surgissem ao longo da Audiência.

Após o início da Audiência, a Juíza de Paz ouve o que as partes têm a dizer, sendo que o conteúdo e a forma como se expressam poderá indicar à partida se será possível ou não um acordo em sede de Conciliação. A Conciliação trata-se de um ponto obrigatório a decorrer em Audiência de Julgamento no Julgado de Paz, apenas não sendo efetuada em caso de Demandado Ausente, representado por Defensor Oficioso.

Durante a Conciliação a Juíza de Paz tenta que as partes encontrem um meio-termo de modo a que seja possível terminar o conflito entre estas. Quando a Juíza de Paz tenta que as partes se conciliem, acaba por se denotar qual é o problema entre as partes envolvidas no processo que as impede de chegar a acordo, podendo ser esta razão o valor da ação.

Isto faz com que a Conciliação seja uma forma de ouvir as partes antes de iniciar a aplicação efetiva do Direito.

Durante a Audiência de Julgamento estão presentes as partes e respectivos mandatários, a Juíza de Paz e a Técnica de Atendimento, sendo que em caso de prova testemunhal estas serão chamadas pela Técnica de Atendimento para prestar as suas declarações, devendo compreender que estão obrigados a dizer a verdade e jurar responder de forma verdadeira às perguntas que lhe forem colocadas, sob pena de incorrer num crime de falsas declarações.

Quando a testemunha entra na sala de Audiências, a Juíza de Paz verifica os dados recolhidos pela Secretaria, tais como o nome, profissão e morada, verificando se tudo está conforme o impresso que foi elaborado pela Secretaria e entregue à Juíza de Paz antes do início da Audiência.

Após a verificação dos dados pessoais da testemunha, a Juíza de Paz pergunta se conhece o Demandante e o Demandado e se tem algo contra uma parte ou outra que lhe impeça de dizer a verdade. Sendo a resposta negativa, os mandatários, caso existam, poderão iniciar o seu interrogatório à testemunha, iniciando sempre o mandatário da parte que trouxe a testemunha à Audiência.

Ao longo da prova testemunhal, a Juíza de Paz pode questionar a testemunha de modo a averiguar a veracidade dos documentos presentes no Requerimento Inicial e de modo a entender como os acontecimentos realmente se passaram. Os detalhes são importantes de modo a manter a coerência com o que consta no Requerimento Inicial.

Finalmente, irá ocorrer a suspensão de Audiência de Julgamento até ao dia da Leitura de Sentença, de modo a que seja ponderada, pela Juíza de Paz, a prova produzida.

No 3º mês de Estágio, aquando de uma observação de Audiência de Julgamento, surgiu a oportunidade de intervir como Intérprete, dado que o Intérprete da Demandada apresentou dificuldades em traduzir fielmente pormenores jurídicos, e sendo que a Demandada não estava a conseguir compreender o modo de funcionamento do Julgado de Paz aquando da Audiência de Julgamento, constando tal intervenção em Ata de Julgamento.

Normalmente após as Audiências, tanto as partes envolvidas no processo como as testemunhas, pedem um comprovativo de presença, de modo a poderem atestar à entidade

patronal que a sua ausência se verificou devido à comparência no Julgado de Paz para Audiência de Julgamento.

6. As Sentenças

Ao longo do Estágio pude compreender que as Sentenças no Julgado de Paz se dividem maioritariamente em 7 secções: a Identificação das Partes, o Objeto do Litígio, a Fundamentação da Matéria de facto, os factos provados, do Direito, Decisão e Custas.

Na identificação das partes deverá estar indicado o nome completo do Demandado e do Demandante, a morada completa e caso se trate de pessoas coletivas, o número de identificação de pessoa coletiva.

Quanto à seção do objeto do litígio, esta deverá indicar onde se enquadra a acção no âmbito das competências do Julgado de Paz, o valor da ação, o pedido e se foram ou não juntos documentos. Deverá igualmente conter uma breve descrição do processo até à sentença, mencionando sessões de pré-mediação e de mediação, e indicação se o Julgado e Paz é competente em razão da matéria, do território e do valor, incluindo o valor fixado para a ação e a avaliação da personalidade e capacidade judiciária como legitimação das partes.

Na fundamentação da matéria de facto, em caso de se dar revelia operante, esta deverá constar na fundamentação, indicando a citação do Demandado e a sua falta de comparência como confissão. Poderá ser igualmente baseada na junção de documentos considerados credíveis pela Juíza de Paz, assim como na prova testemunhal, quando algo tenha sido dito em Audiência de Julgamento que tenha sido importante para provar os factos alegados.

Nos factos provados, indicam-se os mesmos, podendo estes factos ser provados por confissão ou através da informação presente e da discussão da causa. Poderão ser igualmente incluídos na sentença os factos não provados, que resultam da ausência de prova.

Na seção “do direito” encontra-se a aplicação do direito às questões a decidir pelo Tribunal, aplicando o direito aos factos, de acordo com as regras do direito e respetivos artigos.

A Decisão, após todo o enquadramento anterior, revela a decisão tomada pela Juíza de Paz, aquando da procedência ou não-procedência da ação, ao nível dos valores (em casos de pagamento) ou de indicações específicas que o Demandado deverá seguir.

Também poderá ser sentenciado o pagamento de juros, quando os demandantes assim o pedem. Os vencidos e os vincendos (até pagamento). Os juros começarão a vencer quando existir uma data prevista para pagamento da dívida. Caso não tenha sido uma data prevista anteriormente, o prazo conta a partir da citação, porque é quando o Demandado é interpelado a pagar.

No âmbito das custas, deverá constar quem é a parte vencedora e quem é a parte vencida. Deverá indicar os valores que deverão ser pagos ou reembolsados, sendo que esses valores nem sempre são iguais em todas as ações.

7. Questões relativas à possibilidade de aumento da eficácia dos Julgados de Paz.

7.1. A Questão do Recurso – A falta de um Julgado de Paz como Tribunal de 2ª Instância

Sendo o Julgado de Paz equivalente a um Tribunal de Primeira Instância, parece improcedente que este não tenha poder executivo sobre as suas próprias sentenças. O facto de o Julgado de Paz ter de remeter os seus autos para recurso num tribunal considerado equivalente, faz questionar até que ponto é que o Julgado de Paz é verdadeiramente considerado um Tribunal de Primeira Instância. Esta impossibilidade de execução das próprias sentenças e a necessidade de resolução desta questão já tinha sido mencionada anteriormente no 3º aniversário do Julgado de Paz de V. N. de Gaia, numa intervenção do Sr. Juiz de Círculo, Joel Timóteo Ramos Pereira, a 28 de Fevereiro de

2005⁵², no qual indica que os Julgados de Paz deveriam ter a possibilidade de execução das suas próprias sentenças devido ao seu sucesso aquando do seu período experimental. No entanto, hoje em dia, 14 anos mais tarde, esta questão ainda se encontra por solucionar.

O Projeto de Lei nº 83/VIII, elaborado e proposto pelo PCP, previa que o Recurso das Sentenças proferidas por um Juiz de Paz fosse colocado no Tribunal de Comarca, no entanto, em 2018, o PCP no seu Projeto de Lei nº 794/XIII/3ª, propõe no seu art. 9º, nº7, uma abordagem mais simplista, afirmando que os Julgados de Paz deveriam ser competentes para executar as suas próprias decisões. Indica igualmente no seu nº8 que “A execução das decisões dos julgados de paz é iniciada oficiosamente decorridos 15 dias após o trânsito em julgado, devendo essa advertência constar da sentença.”.

O Conselho dos Julgados de Paz elaborou uma resposta ao Projeto de Lei nº 794/XIII/3ª, na sua deliberação nº 19/2018⁵³, afirmando que “concorda-se com os nºs 7 e seguintes, exceto, quanto ao nº 8 discordando-se de execuções com início oficioso”.

Para resolver tal questão, na atualidade em concordância com o Relatório Anual de 2018⁵⁴, elaborado pelo Conselho dos Julgados de Paz, no seu ponto 8.II), considera-se que “os recursos de decisões de Julgados de Paz deixem de se fazer para a 1.ª instância judicial mas, sim, passem a fazer-se para um Julgado de Paz de 2.º grau (...) E, enquanto não há um Julgado de Paz de 2.º grau, o recurso das decisões dos Julgados de Paz deve fazer-se para a 2.ª instância judicial da respetiva área geográfica (...)”.

7.2. A questão da Prova Pericial

Quanto à Prova Pericial, os Julgados de Paz são igualmente dependentes do Tribunal Judicial, sendo responsabilidade dos Julgados de Paz remeter os autos para o Tribunal Judicial de modo a que este possa requerer a Prova Pericial, e após a execução da mesma remeter novamente o processo para os Julgados de Paz para Julgamento. Tal trata-se, a

⁵² Disponível em: <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/ficheiros/Intervencoes/2005-3AnivJPGaia.pdf>

⁵³ Deliberação nº 19/2018, do Conselho dos Julgados de Paz, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.PDF?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a5763765130394e4c7a464451554e45544563765247396a6457316c626e527663306c7561574e7059585270646d46446232317063334e68627938345a5441305954426c4f4330315a6a41784c5451324e5441744f574934595330324d6a5269597a417a4e4752684e7a41755455247&fich=8e04a0e8-5f01-4650-9b8a-624bc034da70.PDF&Inline=true>

⁵⁴ Relatório Anual de 2018 do Conselho dos Julgados de Paz, disponível em: <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/ficheiros/Relatorios/Relatorio2018.pdf>

meu ver, de um procedimento prejudicial à celeridade no Julgado de Paz, pois terá de se aguardar o envio e receção por parte do Tribunal Judicial, assim como o envio e receção por parte do Julgado de Paz. Para tal, o Conselho dos Julgados de Paz, no seu Relatório Anual de 2018, no seu ponto 8.III), defende que “Há que eliminar esta tramitação prejudicial ao linear andamento processual, de forma que seja regulamentada a produção de prova pericial no próprio Julgado de Paz, através de um perito nomeado pelo Juiz de Paz, ouvidas as partes.”

7.3. A falta de uma carreira específica para os Juízes de Paz

No Projeto de Lei nº794/XIII/3ª, o PCP introduz também, no seu Art. 28º, a perspectiva de uma carreira do Juiz de Paz de modo a assegurar a independência no exercício das suas funções. No entanto, o Conselho dos Julgados de Paz, na sua Deliberação nº 19/2018, esclarece que tal só será possível aquando da criação de Julgados de Paz de 2º grau, não devendo, no ponto de vista do Conselho, denominar-se de “carreira”, mas sim de “estatuto”.

8. A forte componente eletrónica dos Julgados de Paz.

A existência da plataforma informática do Julgado de Paz encontra-se diretamente relacionada com o Art. 18º da LJP, que prevê a sua utilização ao longo de todo o processo, relativamente a todos os atos e peças processuais existentes.

A partir do momento em que acedemos à plataforma informática dos Julgados de Paz, é-nos apresentado o seguinte texto, que será analisado parágrafo a parágrafo.:

“Esclarecimentos no âmbito da aplicação

Todos os contadores, listas ou ordem de atribuições, utilizadas anteriormente de forma manual, recomeçam a partir de 2004 desde que contemplados na nova aplicação. Assim, ao marcar a 1ª mediação num processo, a lista de mediadores sugeridos pela aplicação

contém a ordem correcta pela qual os mediadores devem ser atribuídos, excluindo-se qualquer outra forma de controle anteriormente usada.”

Relativamente à mediação, este parágrafo remete-nos para a necessidade da existência de uma ordem concreta aquando da chamada de mediadores ao Julgado de Paz. Isto baseia-se no facto de não poder ser sempre chamado o mesmo mediador para um Julgado de Paz, tendo de ser seguida uma lista fixa, obrigando a que todos os mediadores incluídos nessa lista sejam chamados a mediar pelo menos um processo.

“Chama-se a atenção que o registo da 'marcação do julgamento' faz entrar o processo na fase de julgamento. Nos casos em que os Srs Juízes de Paz optam por marcar o julgamento na entrada do processo, o esquema de controle das opções disponíveis em cada momento fica subvertido. Devem nestes casos assegurar o registo, a correcção e a ordem dos actos praticados no processo, já que a maioria das opções deixará de estar disponível para os Srs funcionários e apenas pode ser feita através da manutenção. Nestas circunstâncias faz-se notar que um processo que termina por acordo na mediação não tem registo do termo. Chama-se ainda a atenção para o facto de que estatisticamente esta prática tem efeitos adversos, nomeadamente ao adulterar quer a duração das fases do processo quer, eventualmente, a fase em que o processo realmente findou.”

De modo a que não haja uma sobrecarga para os Juízes de Paz relativamente à inserção de dados na aplicação, esta encontra-se aberta para edição por parte das funcionárias do Apoio Administrativo, assim como por parte da Técnica de Atendimento. Isto facilita bastante o trabalho do Juiz de Paz, dado que a Técnica de Atendimento pode dar entrada a um processo a partir da aplicação, assim como marcar uma sessão de pré-mediação para o mesmo, sem que o Juiz de Paz esteja envolvido no cumprimento destes passos ao nível da aplicação informática.

“Em relação às opções do registo do termo do processo (opção dos Srs Juízes de Paz), esclarece-se que apenas são requeridas duas informações: o 'motivo do termo' e as 'custas do processo'. Quando a decisão a que se chegou não é aplicável (caso de um

eventual acordo no julgamento), a restante informação não tem de ser preenchida. Não há, por exemplo, que indicar se houve condenação ou absolvição do demandado.”

Todas as sentenças proferidas deverão ser registadas na aplicação informática, de modo a que a aplicação possa indicar que o processo se encontra terminado. Isto é importante ao nível das custas, pois após o registo da sentença, na parte das “custas” da aplicação informática, aparecerá a possibilidade de emitir um recibo de reembolso à parte vencedora na ação, e um recibo após pagamento, que será emitido à parte vencida na ação. Os recibos serão automaticamente preenchidos com o valor a pagar e a receber, garantido que tudo se encontra conforme a sentença.

“A distribuição dos processos aos Srs Juízes de Paz obedece exclusivamente a critérios de aleatoriedade e de equidade relativamente ao número de processos atribuídos a cada um. A aleatoriedade não é possível nos casos em que exista apenas um juiz e está necessariamente subordinada à equidade nos casos em que existem apenas dois juízes. A partir de três juízes tanto a equidade como a aleatoriedade têm o mesmo peso. Não são contempladas, nem se aplicam, quaisquer outras condições.”

A partir do momento em que um Requerimento Inicial é registado na aplicação, que contém a exposição dos factos, o pedido, a alínea a qual corresponde a competência do Julgado de Paz de acordo com o Art. 9º da LJP, o valor da ação, o concelho a que pertence e a data, é-lhe atribuído um número de processo e um Juiz de Paz responsável pelo mesmo.

No âmbito da Aplicação Informática do Julgado de Paz, é igualmente importante constar, aquando da entrada do Requerimento Inicial, os dados de identificação e contacto das partes, assim como dos seus mandatários. O Requerimento, a partir da aplicação, torna-se um documento Word editável, onde deverá constar ao lado do número de processo três letras que indiquem o concelho ao qual o processo pertence.

9. A Celeridade no Julgado de Paz

Um dos maiores entraves à celeridade do Julgado de Paz é sem dúvida a fase de Citação. Tal deve-se, maioritariamente ao facto de o Demandante fornecer no Requerimento Inicial, que em si se trata de um processo rápido, tanto se entregue por escrito ou oralmente (através de atendimento), uma morada que já não corresponde à morada atual do Demandado. Este facto irá gerar uma grande afluência de devolução de Citações, que apesar de ser possível que a devolução ocorra pelo simples facto de o Demandado não aceitar a citação, deixando que a mesma fique a aguardar o seu levantamento num posto de Correios, até ser devolvido ao Remetente, prejudicando a celeridade da tramitação processual.

Quando a Citação é devolvida ao Julgado de Paz, será enviada uma nova citação, assim como uma Carta Convite a convidar o Demandado a ser citado pessoalmente. No entanto, apesar de a carta ser depositada na sua caixa de correio, esta pode ser “ignorada” pelo Demandado.

Após a devolução da citação, a não comparência do Demandado no Julgado de Paz e a não existência de outra morada fornecida pelo Demandante, irão ser enviados pedidos de informação ao ISS, ATA e IMTT.

Ao longo dos quatro meses de Estágio Curricular foram possíveis observar diversos pedidos de informação à ISS, dos quais apenas 5 se encontravam com resposta obtida aquando do término do estágio. Pude observar que a média de tempo de resposta foi de 24,4 dias, sendo a resposta mais célere de 13 dias, e a mais morosa de 34 dias, desde o envio do pedido de informação até à sua chegada ao Julgado de Paz.

Quanto à ATA, apenas 4 processos se encontravam com resposta obtida, tendo sido a média de resposta de cerca de 13 dias. A resposta mais célere ocorreu num prazo de 5 dias, e a mais morosa num prazo de 17 dias.

No que respeita ao IMTT, apenas 2 pedidos de informação foram enviados, e ambos demoraram 8 dias a chegar ao Julgado de Paz.

Caso a morada fornecida pelas entidades seja diferente da fornecida pelo Demandante, será efetuada uma nova tentativa de citação do Demandado. No entanto, nem sempre a morada fornecida através dos pedidos de informação difere da morada fornecida pelo

Demandante. Em ambos os casos, existe a possibilidade de o Demandado nunca ser citado. Caso tal ocorra, será considerado ausente, e será enviado um pedido de nomeação de Defensor Oficioso para representação de Demandado Ausente à Ordem dos Advogados, tratando-se assim de um processo bastante moroso, contabilizando a demora o decorrer da citação, a frustração da mesma, o despacho do Juiz de Paz a considerar o Demandado Ausente, o pedido de informação e a receção de resposta ao pedido de informação com a identificação do Defensor Oficioso, que também terá de ser citado e terá a possibilidade de, caso entenda, contestar.

Quanto aos Advogados, tanto no papel de Mandatário como de Patronos ou Defensores Oficiosos, apesar de o Julgado de Paz não ter férias judiciais, utilizam o período estipulado para Férias Judiciais para esse efeito, devido ao seu maior contacto com o Tribunal Judicial e não com os Julgados de Paz. Tal pode causar um atraso relativamente às Audiências de Julgamento, caso estas estejam marcadas para o período que o Advogado designou para férias e não se encontre em Portugal. No entanto, é imperativo que a sua impossibilidade de comparência seja avisada com a maior antecedência possível, de modo a que a data para a Audiência de Julgamento não fique demasiado longínqua comparativamente à data inicialmente estabelecida pelo Juiz de Paz.

Uma ocorrência que também prejudica a celeridade do Julgado de Paz é a questão do litisconsórcio necessário, na qual o Demandante coloca a ação apenas contra um Demandado, quando teriam de ser chamados dois Demandados para responder acerca dessa ação. Isto pode ser visível na maioria dos casos relativos a falta de pagamento de quotas de condomínio, na qual o apartamento era propriedade de um casal e a ação é apenas colocada contra um dos proprietários.

Ao longo dos quatro meses de Estágio Curricular, foi-me igualmente possível observar toda a tramitação processual de 28 processos, desde o Requerimento Inicial até ao Término do Processo. 24 processos entraram através de requerimento escrito e 4 através de atendimento. Estes processos demoraram uma média de aproximadamente 36 dias a findar, tendo o mais moroso demorado 90 dias a findar e o mais célere 10 dias até ser considerado findo. Ambos os processos terminaram devido a Inutilidade Superveniente da Lide.

Ao nível dos concelhos aos quais os processos pertencem, 16 processos pertencem ao concelho do Bombarral, 7 processos ao concelho de Torres Vedras, 3 ao concelho das Caldas da Rainha, 1 ao concelho de Óbidos e 1 ao concelho do Cadaval.

Relativamente ao termo dos processos, 12 terminaram através de acordo em sede de mediação, 11 através de Inutilidade Superveniente da Lide, 4 através de acordo extrajudicial e 1 através de Revelia Operante.

Os dados recolhidos revelam que no decorrer do Estágio Curricular as partes acederam à mediação e conseguiram chegar a acordo entre si, assim como as partes ao receber a citação conseguiram resolver o conflito entre si, com o Demandado a aceder ao pedido do Demandante de modo a que este proceda ao pedido de extinção do processo, sem ter de obrigatoriamente comparecer no Julgado de Paz.

9.1. As citações de Demandados no estrangeiro

9.1.1 A Aplicabilidade do Regulamento (CE) nº 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho

Este Regulamento, de 13 de novembro de 2007, relativo à citação e à notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial nos Estados-Membros (adiante Regulamento) prevê, na Secção 2, Art. 14º, a Citação ou notificação pelos serviços postais, a pessoas que residam noutro Estado-Membro, através de carta registada com aviso de receção ou equivalente, procedimento adotado pelos Julgados de Paz.

A citação de residentes no estrangeiro é igualmente prevista no Art. 239º do CPC, sendo estabelecido no seu nº1 que: “Quando o réu resida no estrangeiro, observar-se-á o que estiver estipulado nos tratados e convenções internacionais”, e denotando-se no seu nº2, uma similaridade com o Art. 14º do Regulamento supramencionado, indicando que: “Na falta de tratado ou convenção, a citação é feita por via postal, em carta registada com aviso de receção, aplicando-se as determinações do regulamento local dos serviços postais”.

No âmbito da Jurisprudência de Julgados de Paz, este Regulamento encontra-se plasmado na Sentença do processo nº 456/2015- JP, proferida pela Juíza de Paz Paula Portugal, tratando-se de uma ação relativa à Responsabilidade Civil Contratual, na qual o Demandante é uma pessoa singular de nacionalidade portuguesa e a demandada é uma pessoa coletiva com sede em Madrid, Espanha.

Ao nível da avaliação da competência internacional dos Tribunais portugueses para apreciar esta matéria, estabelece o Art. 59º do CPC que “ Sem prejuízo do que se encontre estabelecido em regulamentos europeus e em outros instrumentos internacionais, os tribunais portugueses são internacionalmente competentes quando se verifique algum dos elementos de conexão referidos nos artigos 62.º e 63.º ou quando as partes lhes tenham atribuído competência nos termos do artigo 94.º.”

O Art. 62º, na sua alínea c), explicita que “quando o direito invocado não possa tornar-se efetivo senão por meio de ação proposta em território português ou se verifique para o autor dificuldade apreciável na propositura da ação no estrangeiro, desde que entre o objeto do litígio e a ordem jurídica portuguesa haja um elemento de conexão, pessoal ou real” .

Comprovando também a competência dos tribunais portugueses para a apreciação desta ação, assim como para a aplicação do Regulamento aquando das citações de demandados no estrangeiro, conclui-se a aplicabilidade das leis da União Europeia nos seus Estados-Membros, que a devem transpor para a legislação nacional, conforme Art. 8º da CRP.

Após assegurar a competência do Tribunal para a apreciação da questão, aquando da citação da Demandada, a agência de seguros, em concordância com o Art. 239º do CPC previamente referido, e conforme Art. 45º nº1 e Art. 46º nº1 da LJP, esta invocou a nulidade da citação perante o Art. 8º, nº1, do Regulamento, dada a inexistência de uma tradução dos documentos que acompanhavam a citação e de uma cópia do Anexo II do Regulamento supramencionado de informação ao destinatário acerca do seu direito de recusar a receção do ato de citação na língua oficial do Estado-Membro de Destino, neste caso em Espanhol.

Logo, perante o Regulamento e por força da aplicação do Art. 191º do CPC, que indica que “é nula a citação quando não hajam sido, na sua realização, observadas as formalidades prescritas na lei.”, confirma-se a nulidade da citação intentada.

Após a declaração de nulidade da citação, esta foi repetida, assim como enviado em anexo o modelo uniforme do Anexo II do Regulamento, na língua espanhola, tendo sido aceite pela Demandada.

Dada a Sentença analisada, considero que os Julgados de Paz deveriam, aquando da citação de Demandados no estrangeiro que tenham domicílio em Estados-Membros da União Europeia, proceder à utilização constante do Anexo II do Regulamento (CE) nº 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, por força do Art. 63º da LJP, que remete para a aplicação dos Art. 239º e 191º do CPC, de modo a evitar a nulidade de citação e assegurando assim o cumprimento de todas as formalidades necessárias.

Capítulo III - Os Julgados de Paz e as suas variações no plano Europeu.

Apesar da implementação oficial dos Julgados de Paz em Portugal ser um projeto relativamente recente, é possível observar que ao longo da história a Justiça de Paz, em especial no papel dos Juízes de Paz, esteve sempre presente para prestar auxílio aos cidadãos.

No entanto, não foi só em Portugal que o sistema de Justiça de Paz sempre subsistiu, encontrando-se presente em diversos outros países.

Ao longo deste capítulo irão ser analisados 3 sistemas: o Sistema Espanhol (os *Juzgados de Paz*), o Sistema Italiano (o *Giudice di Pace*) e o Sistema Belga (o *Juge de Paix*).

1. O Sistema Espanhol

Os *Juzgados de Paz* foram regulamentados através da Lei Orgânica 6/1985, de 1 de julho, do Poder Judicial, no seu Título IV, Capítulo VI, nos Art. 99º a 103º.

É previsto pelo Art. 99º que em cada município onde não exista um Tribunal de Primeira Instância, esse município deverá ter um *Juzgado de Paz*. No entanto, poderão funcionar vários Tribunais num só Escritório Judicial.

O Art. 100º, no seu nº2, estabelece a competência penal do *Juzgado de Paz*.

O Art. 101º prevê a nomeação dos *Jueces de Paz*, assim como dos seus substitutos, por um período de quatro anos, sendo que estes são escolhidos pela *Sala de Gobierno del Tribunal Superior de Justicia*, através da lista de candidatos nomeados pelo *Pleno del Ayuntamiento*, através de maioria absoluta. Os *Jueces de Paz*, antes de darem início às suas funções, deverão prestar juramento perante o *Juez de Primera Instancia*. De acordo com o Art. 102º, não é necessariamente obrigatório que os *Jueces de Paz* sejam licenciados em Direito, desde que tenham todas as características previstas para ingresso na Carreira Judicial.

Os *Jueces de Paz* são remunerados conforme estabelecido pela lei, e têm o mesmo reconhecimento dos *Jueces de Primera Instancia e Instrucción*, de acordo com o estabelecido no Art. 103º.

É igualmente previsto no Art. 85º que os *Juzgados de Primera Instancia* têm competência relativamente a recursos de sentenças do *Juzgados de Paz*, relativamente a questões cíveis entre *Juzgados de Paz*, e questões acerca das competências dos *Juzgados de Paz*.

A Lei 1/2000, de 7 de janeiro, do *Enjuiciamiento Civil*, estabelece que existirá uma componente informática nos *Juzgados de Paz*. Esta componente informática visa auxiliar o Tribunal a punir atrasos ou falta de diligência das partes envolvidas no processo.

Estabelece o Art. 47º que o *Juzgado de Paz* tem competência para apreciar questões de matéria civil cujo valor seja inferior a € 90. No entanto não é competente para avaliar questões no âmbito do julgamento verbal, presentes no Art. 250º da mesma lei.

De acordo com o Art. 170º, em caso de necessidade de esclarecimentos e assistência judiciária, caso exista um *Juzgado de Paz* e a assistência consista num ato de comunicação, esta deverá ser efetuada pelo *Juzgado de Paz* e não pelo *Juzgado de Primera Instancia*.

Atualmente, no *Código de Legislación Procesal*, mantém-se o previsto na Lei Orgânica 6/1985, assim como o previsto nos seus Art. 85º e Art. 99º a 103º relativamente aos *Juzgados de Paz*.

Afirma-se no Art. 152º, parágrafo 2, nº 3, que é da competência da *Sala de Gobierno* expedir as nomeações dos *Jueces de Paz*.

O seu Art. 215º estabelece que os *Jueces de Paz* deverão ser substituídos pelos *Jueces Sustitutos* que lhe foram atribuídos.

No âmbito do Código Civil, publicado no Real Decreto de 24 de julho de 1889, encontra-se no seu Livro Primeiro, Capítulo III, Secção 2, Art 51º que os *Jueces de Paz* são competentes para realizar matrimónios, assim como realizar matrimónios civis de pessoas em perigo de morte, conforme Art. 52º⁵⁵.

Os *Juzgados de Paz* também se encontram refletidos no Código de Legislação Notarial Espanhola, no âmbito da Lei nº 15/2015, de 2 de julho, da Jurisdição Voluntária, no seu título IX, relativamente às suas competências conciliatórias, no Art. 140º. Este artigo indica igualmente que o *Juzgado de Paz* competente para a avaliação da ação será o *Juzgado* da residência do Solicitante⁵⁶. Caso a ação seja contra uma pessoa coletiva, apenas será no *Juzgado* de residência do Solicitante caso se encontre aí localizada uma Sede, sucursal, ou escritório, onde esteja empregado o Representante Legal da Pessoa Coletiva. É igualmente indicado que o *Juzgado de Paz* é competente relativamente a conciliação de questões que não pertençam ao âmbito de competências do *Juzgados de lo Mercantil* e cujo valor seja inferior a € 6.000.

Caso após o Solicitante requerer a conciliação o Requerido⁵⁷ não seja possível de encontrar com base na morada fornecida ao *Juzgado* ou o local onde se deu o conflito que deu origem à ação seja num local em que seja competente outro *Juzgado* que não aquele onde o Solicitante requereu a conciliação, o *Juez* deverá indicar ao Solicitante qual o *Juzgado* competente para avaliar a sua questão, onde o Solicitante deverá dar entrada ao seu requerimento de conciliação, fechando o pedido no *Juzgado* que não possui competência para efetuar a conciliação das partes.

⁵⁵ Conforme modificação concedida pela Lei nº 15/2015, de 2 de julho, da Jurisdição Voluntária,

⁵⁶ Significa o mesmo que “Demandante” no Julgado de Paz em Portugal.

⁵⁷ Significa o mesmo que “Demandado” no Julgado de Paz em Portugal.

O Art. 142º indica que a Secretaria do *Juzgado de Paz* ou o *Juez de Paz*, após receção do pedido de conciliação, caso seja considerado admitido pelo *Juez de Paz*, deverá num prazo de 5 dias, proceder à citação do Requerido, e informar o Requerido e o Solicitante do dia e da hora em que irá ocorrer a tentativa de conciliação entre ambos. Entre a notificação às partes interessadas e à Audiência de Conciliação em si, deverá decorrer um prazo de apenas 5 dias, não podendo este prazo ser extensível a mais de 10 dias desde a admissão do pedido de conciliação.

A comparência no ato de conciliação encontra-se prescrita no Art. 144º. Este estabelece que as partes deverão comparecer à audiência, ou deverão comparecer através de um Procurador. Tal como ocorre nos Julgados de Paz, caso o Solicitante não compareça à audiência de conciliação, tal será considerado desistência do pedido, e o Requerido poderá requerer que o Solicitante lhe pague uma indemnização pela sua comparência, caso a falta do Solicitante não se considere justificável. Caso o Requerido não compareça à audiência, e tal seja considerado justificado, considera-se que a conciliação foi legalmente intentada, extinguindo-se o pedido de conciliação. No entanto, se o Requerido justificar a sua falta, irá ser marcada uma nova audiência de conciliação, sendo novamente notificado as partes o dia e a hora em que esta irá ocorrer.

Conforme Art. 145º, caso o *Juez de Paz* se aperceba de que as partes não estão a conseguir chegar a acordo, poderá expor uma opinião, e estimular a conversa entre as partes, de modo a que estas se sintam mais confortáveis para acordar entre si. O nº2 indica que caso seja levantada alguma questão que possa impedir a ação judicial válida do ato de conciliação será encerrado o ato judicial de conciliação, dando-se esta por intentada, sem mais trâmites legais. Caso as partes consigam chegar a acordo entre si, esse acordo deverá ser redigido com o maior detalhe possível, devendo ser assinado pelas partes a que este diz respeito. Ao contrário do que ocorre no Julgado de Paz em Portugal, prevê o Art. 147º que o *Juzgado de Paz* no qual ocorreu o acordo em sede de conciliação, será apto para a execução desse mesmo acordo, quando a conciliação for acerca de matérias de competência do *Juzgado de Paz*, sendo que apenas se recorre ao *Tribunal de Primera Instancia* para Execução de acordos obtidos em sede de conciliação efetuada pelo *Juzgado de Paz* quando o *Juzgado de Paz* não é competente na matéria presente no acordo.

2. O Sistema Italiano

A instituição dos *Giudice di Pace* em Itália foi efetivado pela Lei nº 374, de 21 de novembro de 1991⁵⁸.

Esta lei caracteriza o Juiz de paz como competente para avaliar questões de matéria civil e penal, tendo funções conciliatórias aquando da matéria civil.

Relativamente aos requisitos do Juiz de Paz, estes encontram-se presentes no Art. 5º da Lei nº 374, que pode facilmente ser comparado com o Art. 23º da LJP. Em ambos os países, a questão da nacionalidade é a primeira a estar presente nos requisitos.

Quanto à idade dos Juízes de Paz, enquanto a LJP no seu Art. 23º, alínea c, apenas indica que o Juiz de Paz deverá ter uma idade superior a 30 anos, no entanto, no Art. 5º, alínea e, da Lei nº 374, de 21 de novembro de 1991 alterada pela lei nº 673 6 de dezembro de 1994, indica uma idade limite para o gozo de funções como Juiz de Paz, sendo essa idade correspondente a 70 anos. A Lei nº 374, prevê também que deverão ter aptidão física e mental e residir num município do distrito no qual se encontra localizado o *Giudice di Pace*.

No *Giudice di Pace*, o Juiz de Paz é competente para avaliar ações relativamente a bens móveis que não excedam os € 5000, a menos que a lei italiana atribua essa ação a outro tribunal. Relativamente a questões relacionadas com a circulação de veículos e barcos, o *Giudice di Pace* pode apreciar questões até € 20.000.

É identicamente competente, independentemente do valor da ação, de acordo com o Art. 7º do Código de Processo Civil Italiano, em questões relativas a distâncias relativamente ao plantio de sebes e árvores e ações relativas a condomínios.

No *Giudice di Pace*, é obrigatório constituir mandatário, a menos quando o valor da ação for inferior a € 1.100.

O *Giudice di Pace* é competente a nível penal para:

⁵⁸ Disponível em:

https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=1991-11-27&atto.codiceRedazionale=091G0422&elenco30giorni=false

- Em questões de agressão, a menos que esta seja explicada através de doença de foro psicológico, sendo aplicável uma pena de prisão até 6 meses ou uma multa cujo valor pode chegar aos € 309, no âmbito do Art. 581º do Código Penal Italiano.
- Questões de agressão que levem o agredido a adquirir uma doença física ou psicológica, poderá ser punida com uma pena de prisão de 6 meses a 3 anos, de acordo com o previsto no Art.582º.
- Relativamente a atos de difamação, a ofensa à reputação de outrem poderá ser punível com uma multa até € 1.032 ou pena de prisão até 1 ano, no âmbito do Art. 595º.
- No âmbito do Art. 612º, em caso de ameaça, se o ofendido proceder a queixa formal, o indivíduo que procedeu à ameaça poderá incorrer num pagamento de multa até € 1.032.
- Em casos de furto, de acordo com o Art. 626º
- Qualquer tentativa de roubo, através de mutação ou destruição da propriedade alheia, poderá ser punível com pena de prisão até 3 anos e uma multa até € 206. Art. 631º Esta pena é também relativa a desvios de linhas de água para benefício próprio, de acordo com o Art. 632º.
- Em casos de invasão de propriedade alheia para modificações ou obtenção de lucro, tal poderá ser punível com pena de prisão até dois anos ou com multa de € 103 a € 1.032, no âmbito do Art. 633º.
- Após reclamação pela parte lesada, qualquer abandono de animais em bandos ou rebanhos é punível com multa de € 10 a € 103. Abandono de animais para pasto em terreno alheio é punível com pena de prisão até 1 ano ou uma multa de € 20 a € 206. - Art. 636º
- Questões relativas a entrada em propriedade alheia, passando por um fosso ou sebes, podendo incorrer numa multa de € 103, após queixa elaborada pelo dono da propriedade, previstas no Art. 637º.
- Questões relativamente a animais pertencentes a outrem, de acordo com o Art. 638º do Código Penal Italiano, prevendo pena de prisão de até um ano ou uma multa de € 309 aquando do assassinato ou mutilação de um animal pertencente a outrem. É igualmente competente em questões de danos à propriedade alheia, de acordo com o estabelecido no Art. 639º do Código Penal Italiano. Está igualmente previsto, no seu nº2, que danos

causados a propriedades históricas ou artísticas têm previstas uma pena de prisão de 3 meses a 1 ano e uma multa que pode ir dos € 1.000 aos € 3.000.

De modo a que os Utentes possam consultar a qualquer momento o ponto de situação de uma ação em curso no *Giudice di Pace*, o Ministério da Justiça Italiano criou uma plataforma informática, que neste momento também se encontra disponível em forma de aplicação para telemóvel, que permite que os Utentes possam aceder ao processo em curso de modo mais célere, e em qualquer lugar em que se encontrem.

O recurso de uma ação pode igualmente ser efetuado através da plataforma informática, através do preenchimento de um formulário próprio para o efeito.

3. O Sistema Belga

Os *Juges de Paix* encontram-se presentes no direito belga, existindo 5 zonas judiciais, 12 distritos judiciais e cerca de 187 cantões judiciais, estando um Juiz de Paz atribuído a cada um destes, de modo a garantir a proximidade ao cidadão.

Quanto aos requisitos para ser *Juge de Paix* estes encontram-se presentes no Art. 187º do Código Judiciário Belga, no seu Título VI, Capítulo I, implicando que o *Juge* deve ter pelo menos 35 anos, possuir uma licenciatura em Direito, e ter pelo menos 12 anos de experiência profissional, como advogado, magistrado, juiz ou notário, devendo em 3 destes anos exercido funções judiciais.

Atualmente, após a alteração prevista no Art. 27º da Lei de 25 de maio de 2018, que visa reduzir e redistribuir a carga de trabalho na ordem judiciária⁵⁹, os *Juges de Paix*, ao nível da competência aquando dos valores da ação, são competentes para apreciar questões cujo valor não exceda € 5000 e não estejam atribuídas jurisdicionalmente a qualquer outro Tribunal. No entanto, anteriormente, o *Juge de Paix* apenas tinha competência para ações de valor inferior a € 2500. Em caso de incompetência no âmbito do valor, tal como consagrado no Art. 592º do Código Judiciário Belga, a ação deverá ser remetida para o Tribunal de Primeira Instância.

⁵⁹ Disponível em:

http://www.ejustice.just.fgov.be/cgi_loi/change_lg.pl?language=fr&la=F&table_name=loi&cn=2018052502

No âmbito da Competência Territorial, o *Juge de Paix* competente para avaliar uma ação, segundo o estabelecido pelo Art. 624º do Código Judiciário Belga. Poderá ser competente o *Juge de Paix* da residência do Demandado⁶⁰, o *Juge de Paix* do local onde a obrigação deveria ter sido cumprida⁶¹, do *Juge de Paix* do local onde está prevista a execução do acto⁶² ou do *Juge de Paix* do local onde o Oficial de Justiça tenha procedido à citação do demandado⁶³.

Os *Juges de Paix*, ao nível da sua competência material, encontram-se previstos no Capítulo III do Código Judiciário Belga, encontrando-se estas previstas do Art. 590º ao Art. 601º.

Ao nível da competência material, os *Juges de Paix* são apenas competentes para apreciar questões cíveis, não lhe sendo atribuída nenhuma competência ao nível das questões penais. Estas competências encontram-se previstas no Art. 591º do Código Judiciário Belga. Os *Juges de Paix* possuem competências semelhantes aos Julgados de Paz, tais como: ações possessórias⁶⁴, questões relativas a direitos de servidão de passagem⁶⁵, assim como competências relativas aos danos em terrenos de campo, feitos por um cidadão ou pelos seus animais⁶⁶. No entanto, os *Juges de Paix* têm uma jurisdição mais ampla, que não é possível observar nos Julgados de Paz portugueses, sendo igualmente competentes para avaliar ações relativamente a sepulturas e funerais⁶⁷, assim como exercer funções de notariado, conforme Art. 600º do Código Judiciário Belga.

O *Juge de Paix* é igualmente competente relativamente à proteção dos interesses de menores e incapazes, assim como relativamente a vendas de imóveis em que tais imóveis sejam do interesse de menores, de acordo com o art. 598º, nº1 e nº2 do Código Judiciário Belga.

Tal como ocorre com os Julgados de Paz em Portugal, não pode ser prestado aconselhamento jurídico aquando do atendimento nos *Juges de Paix*, conforme consta no Art. 297º do Código Judiciário Belga. O Utente pode representar-se a si mesmo ou

⁶⁰ Art. 624º, alínea a)

⁶¹ Art. 624º, alínea b)

⁶² Art. 624º, alínea c)

⁶³ Art. 624º, alínea d)

⁶⁴ Art. 591º, nº5

⁶⁵ Art 591º, nº4

⁶⁶ Art. 591º, nº 13

⁶⁷ Art. 591º, nº7

requerer um Advogado à Ordem dos Advogados Belga, no entanto, ao contrário do que ocorre nos Julgados de Paz, tem de ser o Utente a requerer, e não o Tribunal.

O Demandante elabora um pedido aos *Juges de Paix* que dará entrada à ação ao citar o Demandado. O Demandado terá o prazo de 8 dias para comparecer no *Juge de Paix* após a sua citação.

O *Juge de Paix* também tem competência conciliatória, prevista no Art. 731º do Código Judiciário, sendo a conciliação um procedimento grátis e requerido por uma ou ambas as partes. Este artigo estabelece igualmente que a Conciliação não se pode tratar de uma imposição do Juiz, trata-se de um procedimento voluntário das partes. De acordo com o Art. 1345º, se for alcançado um acordo em sede de Conciliação a ata da Audiência deverá conter os termos do acordo entre as partes, e o juiz deverá redigir um formulário de execução para o acordo estabelecido. Relativamente à sessão de Conciliação, pode ser requerida a presença de um Consultor, que poderá fornecer o seu parecer em relação ao conflito entre as partes. No entanto, caso as partes não cheguem a acordo em sede de Conciliação, o processo segue para Julgamento.

Em caso de recurso de uma sentença proferida por um *Juge de Paix*, esse recurso terá de ser efetuado num Tribunal de Primeira Instância, sendo apenas possível recorrer de ações cujo valor seja superior a € 1860⁶⁸.

As custas processuais relativamente aos processos judiciais encontram-se presentes no Art. 1017º a 1024º do Código Judiciário, prevendo o Art. 1017º a atribuição das custas processuais à parte vencida. As custas processuais, incluem: emolumentos de documentos judiciais, de medidas de investigação (tais como testemunhas e peritos), de deslocações relativas a Audiência de Julgamento, assim como de actos efetuados em sede de Audiência de Julgamento.

4. Considerações relativamente à Justiça de Paz no plano europeu

Apesar de todos os sistemas serem dotados de competência para apreciar questões cíveis, apenas divergindo o valor de acordo com o sistema no âmbito da Justiça de Paz, o Sistema

⁶⁸ Informação disponível em: <http://questions-justice.be/La-justice-de-paix>

Espanhol e Sistema Italiano são competentes a nível penal, no entanto o Sistema Belga e o Sistema Português não possuem essa competência. Denota-se igualmente que em todos os sistemas o Juiz de Paz possui competência conciliatória.

Os *Giudice di Pace* possuem a capacidade de sentenciar multas e penas de prisão, ao contrário do que ocorre nos outros sistemas analisados. Neste Tribunal, é obrigatória a constituição de mandatário para representação da parte, exceto quando as ações são de valor inferior a € 1.100, sendo que nos Julgados de Paz o valor da ação não influencia a constituição de mandatário, sendo a representação apenas obrigatória nos casos enunciados no Art. 38º nº2 da LJP.

No Sistema Espanhol, ao contrário do que ocorre nos outros sistemas, para se ser *Juez de Paz* não é necessária uma Licenciatura em Direito, ao contrário do que sucede nos outros sistemas analisados, nos quais se trata de um requisito obrigatório.

No Sistema Belga, tal como no Sistema Português aquando da Lei nº 54/2013 de 31 de julho, ocorreu recentemente um aumento da competência em razão do valor, sendo que na Bélgica o valor da competência duplicou, enquanto em Portugal o valor triplicou.

A importância da componente informática na Justiça de Paz encontra-se presente nos Sistemas Espanhol, Italiano e Português, sendo o Sistema Italiano o mais desenvolvido dada a possibilidade de acompanhar o processo através de uma aplicação para o telemóvel.

Ao nível da celeridade, os sistemas analisados demonstram a utilização de prazos curtos, mas razoáveis, de modo a assegurar o cumprimento dos mesmos por parte dos Utentes.

Em Espanha os *Juzgados de Paz* têm poder executivo em relação a acordos obtidos em sede de conciliação, quando os *Juzgados de Paz* sejam competentes relativamente à matéria versada no acordo.

Apesar dos Julgados de Paz não possuírem competência executiva, considero que obter essa competência relativamente a acordos obtidos em sede de mediação e de conciliação seria um primeiro passo para futuramente adquirir competência para a execução das suas próprias sentenças, proferidas em sede de Audiência de Julgamento.

Capítulo IV - Conclusões Finais

Considero que ao longo do Estágio Curricular ocorreu um incremento da experiência prática e teórica ao nível da Justiça nos Julgados de Paz. Foi possível observar que os Utentes compreendem a importância do Julgado de Paz na sua capacidade de auxiliar as partes a findar os conflitos que os afligem.

Uma das partes mais enriquecedoras do Estágio Curricular foi sem dúvida a possibilidade de ter contato direto com os Utentes, assim como efetuar alguns dos procedimentos normalmente efetuados pela Técnica de Apoio Administrativo e pela Técnica de Atendimento, sempre supervisionada por ambas ao longo de todos os procedimentos, para assegurar que ficariam prontos para envio aos Utentes.

A celeridade a dar a conhecer ao Utente o que está a ocorrer ao longo da Tramitação Processual torna o Julgado de Paz aquilo que este Tribunal está estabelecido para ser: um Tribunal sempre próximo do cidadão e sempre disponível para que este possa ver as suas dúvidas esclarecidas e os seus conflitos dirimidos o mais rapidamente possível.

No que diz respeito à celeridade, os Utentes denotam a diferença do que ocorre nos Tribunais Judiciais, sendo possível terminar um processo num prazo acessível, especialmente nos processos que terminam através de um acordo em sede de mediação. Ao terminar o processo através de um acordo entre as partes, estas sentem que ambas garantem as suas posições, mesmo tendo de ceder em alguns pontos à vontade da parte oposta, de modo a efetuar um acordo passível de ser cumprido por ambos.

A possibilidade de resolução de discórdias através do diálogo entre as partes, seja na presença do Mediador ou do Juiz enquanto Conciliador, assim como a simplicidade que impera ao longo de toda a tramitação processual, faz com que os Utentes sintam que apesar de não terem qualquer formação na área do Direito, são realmente “peças-chave” no decorrer do processo, sendo importantes tanto para o processo em si, como para a resolução do mesmo.

Considero igualmente que de modo a servir o cidadão de forma mais próxima, os Julgados de Paz deveriam ser capazes de abranger uma maior competência a nível territorial, de modo a evitar casos de incompetência territorial que impliquem que um Utente se tenha de dirigir ao Tribunal Judicial, mais moroso e processualmente mais caro, especialmente

dada a obrigatoriedade de constituição de mandatário, para resolver uma ação que seja de competência material do Julgado de Paz.

Ao longo do Estágio foram sendo efetuados alguns procedimentos para que o cidadão tomasse conhecimento da existência dos Julgados de Paz, em especial uma sessão acerca do funcionamento dos Julgados de Paz, competências e tramitação processual num dos concelhos abrangidos pela Sede do Oeste. Este tipo de sessões informativas auxilia qualquer cidadão que possa estar curioso acerca das competências do Julgado de Paz, podendo ver as suas dúvidas esclarecidas no decorrer da sessão, razão pela qual considero que estas sessões são necessárias em diversos pontos do país, de modo a garantir não só o reconhecimento dos Julgados de Paz enquanto Tribunal, mas também enquanto método rápido e eficaz de garantir os direitos dos cidadãos, através de sentenças justas e de acordos que possuem valor de sentença.

Quanto aos pontos que podem ser melhorados relativamente aos Julgados de Paz, acentua-se a necessidade de dotar os Julgados de Paz de competência executiva em relação às suas próprias sentenças, proferidas por Juízes de Paz. Tal poderia, a título experimental, iniciar-se pela capacidade de execução de acordos efetuados em sede de Conciliação e de Mediação, nos Julgados de Paz onde estes ocorreram.

O facto de não existir ainda um estatuto próprio para os Juízes de Paz, 18 anos após a sua implementação a título experimental, trata-se consideravelmente de um ponto negativo na Justiça de Paz em Portugal.

Apesar da necessidade de separar um futuro “estatuto” de Juiz de Paz da “carreira” judicial já existente em Portugal, tal não deveria ser adiado até à implementação de um Julgado de Paz de 2º grau, crendo que se torna necessária a existência de um estatuto a partir do momento em que abandonam a prática de qualquer outra atividade pública ou privada para tomar posse como Juiz de Paz.

Relativamente à celeridade no Julgado de Paz, considero que não só o Tribunal em si, mas os seus Utentes, contribuem para a celeridade processual. Os prazos curtos, assim como os horários de funcionamento bem distribuídos, tornam mais fácil a participação dos Utentes ao longo de todas as fases processuais.

Considero igualmente, a partir dos dados recolhidos ao longo do Estágio Curricular, que os acordos em sede de mediação são o método mais comum de resolução de conflitos,

dado que muitas vezes as partes apenas recorrem aos Julgados de Paz de modo a que o acordo escrito possa ser executado caso a outra parte não cumpra o que neste se encontra estipulado.

Também a celeridade de citação após a entrada do processo no Julgado de Paz leva a que muitos processos terminem mais rapidamente, dado que após o Demandado ter conhecimento do processo que está a correr contra si no Julgado de Paz, entra em contacto com o Demandante o mais rapidamente possível de modo a tentar evitar prosseguir pela via judicial. Isto sucede, apesar de os Tribunais existirem para assegurar os direitos dos cidadãos, muitos sentem receio de resolver disputas recorrendo ao sistema judicial, logo tentam chegar a um consenso diretamente com o Demandante, de modo a evitar comparecer nos Julgados de Paz, o que nem sempre se demonstra fortuito.

No que diz respeito à citação de Demandados no Estrangeiro, especialmente nos Estados-Membros da União Europeia, com base na sentença analisada e no Regulamento (CE) n.º 1393/2007 do Conselho, de 13 de novembro de 2007, Relativo à citação e à notificação dos actos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-membros e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1348/2000, considero que tal deveria ser enquadrado nas citações efetuadas pelo Julgado de Paz, devido à possibilidade de se incorrer na nulidade de citação, por falta de informação ao destinatário de que ele pode recusar a citação (Anexo II do Regulamento), que deverá estar na língua oficial do Estado-Membro para o qual a citação está a ser enviada. A nulidade de tal citação poderá prejudicar a celeridade processual que o Julgado de Paz deseja assegurar.

No entanto, esta trata-se de uma questão que deve ser apreciada e acompanhada com algum cuidado, dado que o conhecimento de línguas estrangeiras não é requerido aos Técnicos de Atendimento nem aos Técnicos de Apoio Administrativo, e a tradução necessária ao Anexo II do Regulamento supramencionado poderá acarretar custos, o que é algo concorrente à conceção de que o Julgado de Paz se trata de um Tribunal com custos bastante mais reduzidos comparativamente ao Tribunal Judicial.

No âmbito internacional, observam-se os benefícios da Justiça de Paz nos diversos países analisados, permitindo não só a proximidade ao cidadão pelo seu baixo custo, mas também pela facilidade de acesso, assim como de recurso, especialmente no caso do Sistema Italiano, onde existe uma aplicação informática de modo a que o Utente possa seguir o curso do processo em qualquer local.

Capítulo V- Bibliografia

I) Doutrina

CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007.

FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Julgados de Paz. Organização, Competência e Funcionamento, o que foram, o que são os Julgados de Paz e o que podem vir a ser, 3ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014.

FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de Justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.

PITÃO, José António de França e PITÃO, Gustavo França, Lei dos Julgados de Paz Anotada, Remissões| Anotações| Jurisprudência| Legislação Complementar, Quid Juris, 2017.

SEVIVAS, João – Julgados de Paz e o Direito, Rei dos Livros, Lisboa, 2007.

II) Legislação Interna dos Estados – Referências Online

1. Portugal

Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822, disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7511.pdf> -

Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa de 1826, disponível em:
<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1533.pdf>

Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1838, disponível em
<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf>

Constituição Política da República Portuguesa de 1911, disponível em:
<http://purl.pt/6925/4/#/22>

Constituição da República Portuguesa de 1933, disponível em:
<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>

Constituição da República Portuguesa de 1976, disponível em:
<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>

Estatuto Judiciário de 1928, disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/645851>

Estatuto Judiciário de 1944, disponível em: <https://dre.pt/application/file/399551>

Estatuto Judiciário de 1962 – disponível em <https://dre.pt/application/file/a/398197>

Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais 1977, disponível em
<https://dre.pt/application/file/a/279698>

2. Espanha

Lei Orgânica 6/1985, de 1 de julho, do Poder Judicial, disponível em:
<https://www.boe.es/buscar/pdf/1985/BOE-A-1985-12666-consolidado.pdf>

Lei 1/2000, de 7 de janeiro, do Enjuiciamiento Civil, disponível em:
<https://www.boe.es/buscar/pdf/2000/BOE-A-2000-323-consolidado.pdf>

Código de Legislación Procesal , disponível em:
https://www.boe.es/biblioteca_juridica/codigos/codigo.php?id=040_Codigo_de_Legislacion_Procesal&modo=1

Código Civil, disponível em:
https://www.boe.es/biblioteca_juridica/codigos/codigo.php?id=034_Codigo_Civil_y_le_gislacion_complementaria&modo=1

Código de Legislação Notarial, disponível em:
https://www.boe.es/biblioteca_juridica/codigos/codigo.php?id=144_Codigo_de_Legislacion_Notarial&modo=1

Lei nº 15/2015, de 2 de julho, da Jurisdição Voluntária, disponível em :
<https://www.boe.es/eli/es/l/2015/07/02/15/con>

3. Itália

Lei nº 374 de 21 de Novembro de 1991, disponível em:
https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=1991-11-27&atto.codiceRedazionale=091G0422&elenco30giorni=false

Código de Processo Civil, disponível em: <https://www.altalex.com/documents/codici-altalex/2015/01/02/codice-di-procedura-civile>

Código Penal, disponível em:
<http://www.procuragenerale.trento.it/attachments/article/31/cp.pdf>

4. Bélgica

Lei de 25 de Maio de 2018, que visa reduzir e redistribuir a carga de trabalho na ordem judiciária, disponível em:

http://www.ejustice.just.fgov.be/cgi_loi/change_lg.pl?language=fr&la=F&table_name=loi&cn=2018052502

Código Judiciário, disponível em:

http://www.ejustice.just.fgov.be/cgi_loi/change_lg.pl?language=fr&la=F&cn=1967101003&table_name=loi

III) Legislação da Comunidade Europeia

Regulamento (CE) n.º 1393/2007 do Conselho, de 13 de novembro de 2007, Relativo à citação e à notificação dos actos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-membros e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1348/2000, JO L 324 de 12.11.2007, p. 79, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A32007R1393>

IV) Jurisprudência

1. Decretos-Lei

- Decreto-Lei n.º 60/2009
- Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro
- Decreto-Lei n.º 41/2017, de 5 de abril

2. Leis

- Lei Constitucional n.º 1/97
- Lei n.º 78/2001 de 13 de julho
- Lei n.º 34/2004 de 29 de julho.
- Lei n.º 29/2013, de 19 de abril
- Lei n.º 54/2013 de 31 de julho
- Lei n.º 62/2013 de 26 de agosto
- Lei n.º 19/2019 de 19 de fevereiro
- Lei n.º 27/2019 de 28 de março
- Projeto de Lei n.º 794/XIII/3ª
- Projeto de Lei n.º 83/VIII

3. Portarias

- Portaria n.º 1456/2001 de 28 de dezembro
- Portaria n.º 209/2005 de 24 de fevereiro
- Portaria n.º 421/2009
- Portaria n.º 187/2017 de 1 de junho

4. Diplomas Legais

- Constituição da República Portuguesa
- Código Civil
- Código de Processo Civil

5. Acórdãos

- Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 24/05/2007
- Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa de 12/07/2007

6. Sentenças

Sentença do Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia, de 20/03/2017, Processo nº 456/2015-JP, disponível em:

<http://www.dgsi.pt/cajp.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/201373da2bf6884680258257005df66a?OpenDocument&Highlight=0,cancelamento,de,viagem>

V - Outras Referências Online:

Deliberação nº 33/2013, do Conselho dos Julgados de Paz, disponível em:
<http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/ficheiros/Legislacao/Conselho/Membros/2013-Delib31-34.pdf>

Deliberação nº 19/2018, do Conselho dos Julgados de Paz, disponível em:
<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.PDF?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a5763765130394e4c7a464451554e45544563765247396a6457316c626e527663306c7561574e7059585270646d46446232317063334e68627938345a5441305954426c4f4330315a6a41784c5451324e5441744f574934595330324d6a5269597a417a4e4752684e7a417555455247&fich=8e04a0e8-5f01-4650-9b8a-624bc034da70.PDF&Inline=true>

Intervenção do Sr. Juiz de Círculo, Joel Timóteo Ramos Pereira, no 3º aniversário do Julgado de Paz de V. N. de Gaia, a 28 de Fevereiro de 2005, disponível em:
<http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/ficheiros/Intervencoes/2005-3AnivJPGaia.pdf>

PEREIRA, Joel Timóteo Ramos, Os Julgados de Paz e a Reforma do Sistema de Justiça, 1º Congresso dos Juízes de Paz Portugueses, Dezembro de 2011, Lisboa, p.3, disponível em: <https://www.joelpereira.pt/direito/2011-12-09julgadospazreformasistemajustica.pdf>

Relatório Anual de 2018 do Conselho dos Julgados de Paz, disponível em: <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/ficheiros/Relatorios/Relatorio2018.pdf>